

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 010

PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Senhoras e senhores, boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso declaro aberta esta Audiência Pública, solicitada por mim, Deputado Sérgio Ricardo, e pela Deputada Verinha Araújo, com o objetivo de discutir a violência, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes no Estado de Mato Grosso.

Eu quero convidar para compor a Mesa: o Dr. José Antônio Borges Pereira, Promotor da Infância e Juventude; a Sr<sup>a</sup> Carla Oliveira, Delegada de Defesa da Mulher, representando a Polícia Judiciária Civil; a Dr<sup>a</sup> Silvana Corrêa Vianna, Promotora de Justiça da Infância, de Várzea Grande; a Sr<sup>a</sup> Márcia Gebara, Assessora Especial da Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania de Mato Grosso; o Sr. José Ronildo de Magalhães, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; a Sr<sup>a</sup> Vera Bertolini, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; o Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Sr<sup>a</sup> Vera Lúcia Zago, Diretora da PROSOL, representando o professor Silvio Fidélis.

Composta a mesa, convido todos para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Nos queremos agradecer a presença de todos vocês que estão aqui acompanhando esta audiência pública.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO -Boa-tarde a todos e a todas.

Gostaríamos de agradecer a presença da Sr<sup>a</sup> Cesarina, representando a Superintendência de Ensino e Currículo da SEDUC; do Sr. Antônio Batista dos Santos, pastor e presidente da Fundação Evangélica; da Sr<sup>a</sup> Kátia Aparecida Teixeira, assistente social do Programa Sentinela; da Sr<sup>a</sup> Carla Patrícia Ribeiro, assistente social do Programa Sentinela e do Caju 2000; da Sr<sup>a</sup> Rosana Trevisan dos Santos, psicóloga e coordenadora do Programa Sentinela; da Sr<sup>a</sup> Elis Regina, membro do Centro de Defesa à Criança e ao Adolescente; da Sr<sup>a</sup> Vera Carvalho, presidente da ONG Cidadania; da Sr<sup>a</sup> Gisele Rodrigues da Silva, assistente social da Prefeitura de Ribeirãozinho; da Sr<sup>a</sup> Ana Lúcia de Melo, socióloga; da Sr<sup>a</sup> Francismeire Rodrigues de Amorim, pedagoga e filósofa; da Sr<sup>a</sup> Kelly Cristina, orientadora do Projeto Gente Jovem; alunos do Colégio Salesiano São Gonçalo; Lenir da Rocha Silva, presidente do Grupo de Mães do Planalto, alunos da Escola Técnica, Sandro Batista, presidente da Terceira Idade do Bairro Três Barras; alunos da Escola Estadual Leônidas Antero de Matos, alunos do curso de Biologia da UNIC; Sr<sup>a</sup> Márcia Gomes Ávila, psicóloga, representando a Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho; e Maria Helena de Deus Bezerra, aluna do curso de Direito da UNIC.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Hoje, 18 de maio é o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal nº 9.970/2000.

A data foi escolhida para que não seja esquecida a história de Araceli Cabrera Sanches. Aos oito anos de idade, ela foi seqüestrada, drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família capixaba. E apesar da cobertura da mídia e do especial empenho de alguns jornalistas, o caso ficou impune. Araceli só foi sepultada três anos depois. Sua morte, contudo, ainda causa indignação e revolta.

Reconhecendo a importância de se fazer uma profunda reflexão e ampla discussão sobre a questão da violência e abuso sexual de crianças e adolescentes no Estado de Mato Grosso e atendendo o pedido do Fórum Mato-grossense das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (encaminhado através do Ofício nº 19/04, de 16.03), estamos aqui para discutir os projetos e programas em execução, bem como sugerir ações e políticas públicas que possam auxiliar na defesa e promoção da criança e do adolescente em nosso Estado.

A violência sexual praticada em crianças e adolescentes pode se manifestar de diversas formas, sendo as de maior ocorrência o abuso sexual dentro da própria família e a exploração sexual para fins comerciais, como a prostituição, a pornografia e o tráfico de mulheres. Todas as suas expressões constituem crime e são, sem dúvida, cruéis violações dos direitos humanos.

As crianças e os adolescentes vulneráveis a esse tipo de violência sofrem danos irreparáveis para o seu desenvolvimento físico, psíquico, social e moral. Esses danos podem trazer conseqüências muito penosas para sua vida, como, por exemplo, o uso de drogas e a gravidez precoce indesejada, entre muitos outros.

Segundo a própria Organização das Nações Unidas (ONU), quantificar a Exploração Sexual Infantil é uma tarefa difícil. A ilegalidade da Exploração Sexual de Crianças, principalmente em suas manifestações relacionadas ao crime organizado, juntamente a deslizes sociais ou até mesmo cumplicidade, tornam o fenômeno invisível e, portanto, difícil de quantificar.

Os dados disponíveis são aqueles colhidos por programas e Disque-Denúncia que dão assistência às vítimas. Segundo essa fonte, de 15 de maio a 15 de novembro de 2003, o Disque-Denúncia registrou 3.874 denúncias de abuso sexual, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Desse número, 509 foram de casos de exploração sexual comercial, 1.203 referentes a abuso sexual e 2.162 envolvendo outras formas como negligência, violência física, e violência psicológica.

De acordo com o relatório, a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes está geralmente vinculada ao crime organizado, principalmente quando ocorre em bares, hotéis, clubes noturnos e bordéis

No Brasil, nos últimos oito meses, pelo menos, 800 denúncias foram registradas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre Exploração de Crianças e Adolescentes. A maioria delas, cerca de 600, são de casos de abuso e ocorreram no ambiente familiar. Pais e padrastos, ao invés de proporcionarem proteção aos filhos, continuam sendo os principais agressores. A maioria das mães ainda se cala diante do problema.

Em Mato Grosso, outro grave problema constatado pela CPMI é o turismo sexual. Na região Sudoeste (Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, entre outros municípios do Estado, que tem uma fronteira seca de pelo menos 700 quilômetros com a Bolívia), meninas de até 11 anos estão sendo aliciadas e exploradas sexualmente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Em todo Brasil, são pelo menos 241 rotas de tráfico nacional e internacional de mulheres e crianças. No Estado de Mato Grosso, são 33. As BRs 364, 163 e 158 são as mais freqüentes. Cidades localizadas à beira dessas e outras rodovias são consideradas “de risco”.

Segundo dados apresentados pelo Deputado Federal Fernando Gabeira, existem no Brasil aproximadamente um milhão de prostitutas, sendo 350 mil crianças e adolescentes vítimas de exploração nesse tipo de comércio.

Em Cuiabá, nos últimos três anos, o Programa Sentinela que faz um trabalho de combate ao abuso e à exploração sexual e comercial infanto-juvenil atendeu 134 casos de abuso sexual e 97 de exploração (quando a criança é paga para fazer sexo). São 6 casos por mês, número considerado alto, porque na maioria das vezes as agressões não são denunciadas.

E assim, outro problema enfrentado e que se mostra tão grave quanto à própria violência é o silêncio que, na maioria das vezes, cerca essa situação, construído pela indiferença da sociedade e pela cultura da impunidade dos agressores, o que se constitui em nova forma de violação às suas vítimas. Reforçando, assim, a necessidade de que a luta contra a violação dos direitos humanos seja enfrentada com extrema seriedade, coragem e determinação por todos nós.

Alguns dos principais pontos destacados pelo relatório Direitos da Criança realizado pela ONU, sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil e que esteve em visita ao Brasil entre 3 a 14 de novembro de 2003, são:

A importância da estrutura política e legislativa para o Combate à Exploração;

Educação é uma arma estratégica na luta contra a Exploração Sexual Infantil - A escola é a primeira trincheira para desviar a desintegração social. Depois da família, a escola é o primeiro lugar a gerar na criança um sentimento de pertencimento. Pertencimento e participação são fundamentais experiências para a criança aprender a respeitar a si mesma e aos outros.

O desafio da implementação total do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a maximização de políticas de impacto social e programas que se direcionem às causas raízes e fatores determinantes da Exploração Sexual Infantil como a pobreza, desigualdades sociais, discriminação de gênero, violência e impunidade.

Para a total implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Relator Especial recomenda a implantação de Conselhos Tutelares em todos os municípios. Também recomenda a implantação de Varas Criminais Especializadas em crimes cometidos contra crianças, juntamente com unidades especializadas de Promotorias Públicas e Delegacias de Proteção a Crianças e Adolescentes.

Conclui o relatório, que: Uma sociedade democrática não pode tolerar pobreza, desigualdades e condições injustas nas quais muitas crianças vivem. Exploração Sexual e Tráfico de crianças são algumas das piores formas de violência originadas da pobreza, exclusão social e discriminação de gênero. Elas acabam negando um futuro a essas crianças e quebram o fundo social. O principal desafio é fazer com que as políticas públicas quebrem esse ciclo de exclusão social, o buraco negro da sociedade brasileira que o Estado e os serviços sociais básicos não alcançam, onde as pessoas sobrevivem sem nenhuma esperança para o futuro em condições que geram novas formas de violência.

Assim sendo, entendemos ser vital uma melhor sintonia entre todos os órgãos públicos e não-governamentais que trabalham com a questão da exploração e abuso sexual infanto-juvenil. Essa é uma exigência da sociedade como um todo.

É para esse fim que estamos aqui reunidos, mais uma vez. Queremos agradecer a presença de todos vocês nesta Audiência Pública, solicitada por mim, Deputado Sérgio Ricardo e pela Deputada Verinha Araújo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Nós gostaríamos de agradecer a direção, a coordenação, os professores e alunos da Escola Liceu Cuiabano que estão presentes. Pedimos desculpas, porque o espaço é pequeno.

Solicitamos àqueles que estão com material na cadeira, retirem, para que mais pessoas possam sentar.

Pedimos aos jovens que se acomodem para que o Auditório possa estar comportando a presença de todos, porque o espaço é pequeno. Mas, de qualquer forma, agradecemos a presença de todos e de todas e esperamos estar num espaço maior muito em breve, até para que tenhamos mais pessoas participando e discutindo o tema.

Hoje, todos e todas estão vendo, estamos com uma camiseta da campanha nacional, que é cartaz expressa: “18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esquecer é permitir, lembrar é combater.” Nós sonhamos um dia não ter a necessidade de ter um dia para combater algo tão vergonhoso. Então, aqui hoje tem um dia para, na verdade, combatermos, denunciarmos isso contra as nossas crianças. Mas nós ousamos, sonhamos e construímos esquecer isso, retirar isso do nosso calendário, para que não tenhamos que estar denunciando algo tão degradante contra as nossas crianças e os nossos jovens, por isso lutamos e trabalhamos.

Eu quero agradecer a presença de todas as entidades que estão aqui hoje, nesta tarde; do Governo do Estado; eu quero aqui, através da professora Vera Zago, agradecer o Governo do Estado que hoje colocou na rua todos os atores do Governo que trabalham no sentido de combater essa questão e que nós aqui esperamos, nesta audiência pública, trabalhar, discutir questões que vão além da rua, além da denúncia, e eu tenho certeza de que as autoridades que estão à mesa trarão para nós uma série de informações e dados para nós construirmos isso.

Neste momento, nesta tarde, a Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que esteve aqui recentemente com várias Parlamentares do Mato Grosso, realizando também uma audiência pública - nós temos à mesa autoridades que participaram da audiência -, entrega nesta tarde um mapa da exploração sexual de menores ao Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

O relatório traz um levantamento sobre a exploração sexual infanto-juvenil nas estradas brasileiras, tema aqui relatado pelo Deputado Sérgio Ricardo, e as nossas BRs de Mato Grosso, infelizmente, estão nessa rota. A BR-163, que liga o Nortão do Estado, a BR-158, que liga o Araguaia, a BR-364, que corta também o Mato Grosso em direção à região sul e à região de Cáceres estão nessa rota, infelizmente.

Também esse documento entregue à CPMI, pela Polícia Rodoviária Federal, revela que mais de doze mil quilômetros do nosso mapa rodoviário brasileiro serve de rota para a prostituição e o tráfico de menores. Não só a prostituição, meus senhores, minhas senhoras, mas também o tráfico, que é o envio, que é levar nossas meninas de um Estado para o outro, de um país para o outro, que é o caso da nossa rota Bolívia/Mato Grosso, que nós vamos falar adiante.

São rodovias de norte a sul, no interior do país e entre grandes capitais brasileiras, como a Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Segundo o documento, no Norte, há estradas que servem de rota ao tráfico de meninas para países vizinhos, como a Venezuela e a Guiana Francesa. Já no Sul do Brasil, a prostituição infanto-juvenil é exportada para países como a Argentina e o Uruguai.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

De acordo com a Agência Brasil, entre janeiro e março, deste ano que nós estamos falando, 33% de todas as ocorrências registradas pela Polícia Rodoviária Federal, envolvendo crianças e adolescentes em rodovias, tinham conotação sexual.

A Deputada Maria do Rosário adianta que vai incluir no relatório final da CPMI sugestões para combater a exploração sexual infanto-juvenil, entre elas estaria uma parceria com os caminhoneiros, para que esses abusos sejam evitados ou denunciados.

Em Mato Grosso, qual é a situação nossa? Eu estou de posse do relatório que motivou a vinda da CPMI a Mato Grosso. Nós tivemos aqui em Mato Grosso, apresentadas à CPMI, cinqüenta denúncias: número de abusos de crianças, meninas que podem ter sido abusadas, que denunciaram, ou seja, aquilo que chegou oficialmente, oito; prostituição, 29 denúncias; de tráfico, cinco; pornografia, duas: pedofilia na *internet*, duas; turismo sexual, quatro. Todas essas denúncias servem de elementos para iniciar uma investigação criminal, para a abertura de um inquérito ou o início de processos.

Quais os municípios de Mato Grosso citados neste relatório? Alta Floresta, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Nortelândia, Porto Esperidião, Poxoréo, São Félix do Araguaia, Tangará da Serra, Juscimeira, Juara, Pontes e Lacerda e Apiacás.

Esse é um retrato, mínimo, das denúncias que chegaram à CPMI, porque assim como nós enfrentamos as denúncias que as mulheres sofrem de maus tratos, de abuso sexual, de estupro, de assassinato, aquelas mulheres que chegam a denunciar, são dados oficiais, assim também em relação à exploração e abuso sexual, esses são dados oficiais, que chegam a ser apresentados, e aqueles que não chegam, que nunca vão chegar, aos quais nós não temos acesso, não estão aqui.

Por isso, num dia como hoje, nós devemos estar na praça, chamando atenção da população, nos reunindo com vocês aqui nesta tarde, para que todos nós, cidadãos e cidadãs, sejamos parceiros, instrumentos nessa luta de combate a algo tão vergonhoso para o nosso Brasil e para o nosso Estado, infelizmente.

Então, nós queremos, neste momento, que os parlamentares abram este debate. Agradeço a presença de todos e de todas, eu estou no momento presidindo a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O relatório da CPMI que veio a Mato Grosso estará pronto no dia 08, nós teremos acesso a esse relatório e daremos o desdobramento devido para Mato Grosso.

Um bom trabalho para todos. Nós passaremos a palavra às autoridades que compõem a mesa e aos presentes no plenário, que quiserem falar. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Os senhores poderão participar, é claro, desta audiência pública. Durante as falas, podem se inscrever para fazer as perguntas ao componente da mesa ou, então, para apenas fazerem uma participação ou um comentário.

Queremos agradecer também a presença dos alunos do Liceu Cuiabano; do Sr. Ademir Mantovani, Pároco da Paróquia de São José do Povo; da Dr<sup>a</sup> Betsey Miranda, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB; da Dr<sup>a</sup> Mara Rúbia Carvalho, Delegada da Infância e Juventude de Várzea Grande; da Sr<sup>a</sup> Rosarinha Bastos, presidente da Comissão da Infância e Juventude da OAB; da Sr<sup>a</sup> Iracema Leite Ferreira Duarte, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Sr<sup>a</sup> Orenil Andrade, coordenadora da DBW, Associação de Mulheres de Negócios; da Sr<sup>a</sup> Celeste Maria Machado, representando o Sr. Paulo Eduardo dos Santos, que é presidente do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá; do Sr. José Carlos Rodrigues, presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Cinturão Colina Verde; do Sr. Nelson Borges, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. William de Souza, empresário; do Pastor Olivar Soares, presidente da Igreja Árvore da Vida.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Passamos a palavra ao Dr. José Antônio Borges Pereira, Promotor da Infância e da Juventude.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA - Boa-tarde a todos. Primeiramente, eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Verinha Araújo e do Deputado Sérgio Ricardo, extensivamente às demais autoridades; adolescentes, senhoras e senhores.

Hoje, temos essa data para lembrar um fato triste, como o Deputado Sérgio Ricardo colocou, que ficou como marco para discutirmos a exploração sexual infanto-juvenil.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 244, letra “a”, fala em prostituição infanto-juvenil, mas, na verdade, o nome técnico não seria prostituição de adolescentes, nem de crianças principalmente, porque quando se fala em prostituição, que não é crime, crime comete quem tira vantagem da prostituição alheia, pensa-se em pessoas adultas que resolvem dispor do seu corpo como uma forma de comércio sexual e auferir lucro - isso não é crime.

Agora, nós não podemos esquecer que boa parte dessas mulheres adultas que hoje são prostitutas, muitas vezes, tiveram sua iniciação sexual, porque foram abusadas, violentadas, às vezes, até na própria casa.

É um problema social? O Fernando Gabeira, que é Deputado Federal, fala até em legalização da prostituição, como uma forma de defesa dessas mulheres que são vítimas e exploradas pelos aliciadores. Mas a situação vai se tornando tão perversa que as adolescentes acabam indo para o ramo desse comércio e são exploradas. Por que? Porque elas são seres em desenvolvimento, e, em função disso, elas não tem ainda vontade formada para, efetivamente, aceitar que elas podem se prostituir.

Hoje, ainda, eu lembrava de um caso, uma palestra que dei na UNIVAG, do pai de uma menina que foi absolvido, e o juiz foi bem claro na absolvição daquele estupro familiar. Ele absolvía o pai porque a menina tinha 17 anos, 1,85m de altura e era negra. Era bem clara - isso ficava implícito - aquela situação: “olha o tamanho da mulher”. Como se tamanho significa que a pessoa é como se fosse carne, está pronta para o corte.

Por que eu falo isso? Eu falo isso porque os técnicos que trabalham nessa área, incluindo juiz, promotor, assistentes sociais, psicólogos e orientadores têm que ter uma adequação psicológica para trabalhar nessa área, têm de estar adequados para ter, efetivamente, uma sensibilidade para essas questões, senão fica muito difícil se encarar isso, até porque é uma acomodação social. Da mesma forma que, de repente, o lixeiro se acomoda com o fedor do lixo e o vizinho de um curtume se acomoda - uma acomodação olfativa - com o fedor do curtume, socialmente estamos acomodando com essa situação de descabro social, que é o nosso dia-a-dia.

Isso vem se tornando uma prática comum que, às vezes, não traz mais indignação. São aquelas meninas, ali em Várzea Grande, se prostituindo, a maioria crianças e adolescentes. São meninas se prostituindo aqui no centro de Cuiabá, e aí toda essa rede que ocorre, que se coloca.

Poxoréo é outro exemplo de uma situação grave, já que é uma cidade decadente, e, em função disso, as cidades próximas, que a soja é o marco. Então, em Poxoréo, hoje, o comércio só se movimenta a partir de quinta-feira, porque na quinta-feira os senhores vão pra essa cidade que hoje já tem três ruas: “rua Bahia das Velhas, a rua Bahia das Moças e a rua Bahia das Adolescentes”. Então, vejam o drama em que vivem nossas crianças e adolescentes nesse aspecto.

Se isso está aí na cara e nós não resolvemos o problema da exploração sexual comercial das nossas adolescentes, imaginem como fica a questão da violência intrafamiliar, da violência que é praticada pelo próprio pai, pelo próprio padrasto, pelo irmão e pelo tio. Temos a cultura, ainda, de que castigar moderadamente o filho é permitido, aliás, o próprio Código Civil atual coloca que só há perda do poder familiar - e a palavra é essa -, quando houver castigo

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

moderado, porque a gente tem que dar para o filho limite e limite não significa castigo. Há alguns dias eu tive um menino lá na infância que está para perder a audição, porque o castigo dele era puxar as suas orelhas. De tanto puxar, deu problema auditivo na criança. Então, essa é uma questão cultural que precisa ser vista, em primeiro lugar, para trabalharmos essas situações.

Já existe nesta Casa um projeto de lei, perdoem-me, mas não me lembro o nome do Deputado agora, mas é um projeto de lei autorizativo, para que o nosso Governo do Estado crie as Delegacias de Defesa da Criança e do Adolescente. Eu até ajudei a redigir esse projeto. Ele versa que nas cidades maiores seria desmembrada a Delegacia da Mulher da Delegacia da Criança e do Adolescente. Hoje, em Cuiabá é a Delegacia da Mulher que absorve a questão da criança e do adolescente vitimizados, mas ela não suporta mais a demanda que existe. A Delegacia da Criança e Adolescente seria uma delegacia diferente, porque ali estariam hoje assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, o médico legista, até para não revitimizar a criança, ter que ficar andando de lugar em lugar.

Então, Srs. Deputados, eu pediria a Vossas Excelências para que esse projeto de lei que está aqui, efetivamente, ocorra. Que o nosso Governador, efetivamente, no próximo dia 18 de maio, talvez, daqui a um ano, não sei, inaugure essas delegacias, porque não é só inaugurar a delegacia. Tem que ser com essa estrutura que estou dizendo, uma delegacia diferenciada, porque...

Estão me passando aqui o dispositivo de lei... Que ótimo. Falta inaugurar.

Mas o projeto do qual estou falando é mais amplo, porque fala até dos municípios com até 50 mil habitantes ter uma delegacia junto, da mulher e da criança, e, dependendo da população, ir dividindo.

Voltando a dizer. Essa delegacia precisa ter estrutura, porque senão não tem condições de efetivamente funcionar a contento, principalmente para o abuso que existe dentro de casa, onde existe a síndrome da negação, onde a criança muitas vezes se sente culpada, onde a mãe admite e onde acaba não ocorrendo a denúncia.

E, por outro lado, existe a síndrome da adição. Porque, na verdade, um pai, o padrasto - apesar de que os registros são mais de pais do que padrastos - há ali um desvio comportamental que tem que ser tratado, porque não adianta a gente colocar esse cidadão na cadeia e soltar depois de um período, porque ele vai voltar a abusar. Se não for de sua filha, será de outra criança, de outro adolescente. Então, isso é muito sério a respeito desse aspecto de tratamento dessas pessoas. Além de pagar, mas ter que se tratar para não voltar a reincidir nessa conduta tão repugnante.

Além disso, temos que lembrar o seguinte: falta uma rede de apoio quando essas situações vêm ocorrer. Ou seja, claro que o estatuto do adolescente diz que o agressor é quem deve sair de casa, não a criança ou adolescente vitimizado, mas geralmente esse agressor é quem mantém a casa, é o provedor da casa. Se ele é colocado na cadeia e ninguém vai sustentar aquela família, vai chegar um momento depois de trinta dias, geralmente, ou quarenta, quando essa adolescente, esse adolescente ou a própria mãe for lá, vai desdizer tudo, porque vai se sujeitar àquela agressão sexual para não morrer de fome.

Então, essa rede terciária, ou seja, buscando dar apoio também é de vital importância.

Nós temos, por exemplo, hoje, o Projeto Sentinela aqui em Cuiabá, que é do Governo Federal, em péssimas instalações, num local que sequer tem ventilação. E diga-se de passagem de qualquer forma o município está sendo um herói de ter esse Programa, porque o dinheiro federal tem demorado muito para vir. No ano passado veio em setembro, este ano - salvo engano - não chegou ainda esse dinheiro. Os profissionais que estão trabalhando lá estão vivendo do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

vento, já que não têm salário. Então, essas situações todas que nós temos que pensar em relação a essa questão. Claro que tudo isso leva a uma grande desigualdade social em que vive o nosso País. E cada vez agrava-se mais essa conduta tão grave aí.

Eu queria também tocar num outro ponto que deve ser lembrado a todos os Governantes e às vezes até já esquecido de que a Constituição Federal, único local que colocou absoluta prioridade, não tem mais lugar nenhum, é lá no art. 227 da Constituição. Esse artigo que, na verdade, não foi uma benesse, foi uma luta da Pastoral do Menor, foi uma luta apoiada pela Fundação Odebrech, que bancou o *lobby* que foi feito em Brasília, em 1988, onde se colheu 150 mil assinaturas para colocarmos o art. 227 na Constituição, para dizer que criança é gente, que criança é cidadão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem para dizer isso: “Olha, ele é um cidadão e um cidadão especial. Por isso, além daqueles direitos fundamentais que estão lá no art. 5º da Constituição, existem mais outros direitos fundamentais que também estão na Constituição, porque ele é um ser em desenvolvimento”.

Então, não vejo este país mudar, senhores, sem se aplicar a prioridade absoluta pela criança e adolescente, seja na área de saúde, desde o momento da concepção, com o pré-natal bem feito, seja na pré-escola, no ensino infantil de 0 a 6 anos, seja numa escola fundamental. Este país só vai ter, efetivamente, uma revolução, que, aliás, já ocorreu na Argentina em 1900, quando houver a revolução educacional deste país. E isso vai ser para o nosso jovem, o jovem não é o futuro, é o presente deste país.

Então, as políticas públicas, as verbas públicas têm sim que ser aplicadas com absoluta prioridade, até porque nós chegamos no pico. Este país não vai ter tanto jovem como agora. A escala, agora, vai ser descendente. O Estatuto do Idoso chegou em boa hora, porque a nossa população vai envelhecer. E, não é à toa que já tem velhinhos aí disputando com os meninos nas ruas, pedindo esmola, já tem velhinhos e velhinhas traficando droga, porque o problema é, acima de tudo, de desigualdade social. Não adianta ter desenvolvimento se não tiver redistribuição de renda, senão nós vamos continuar tendo esse problema. Quais são os países que têm menos violência? São aqueles em que todo mundo é pobre, não tem de quem roubar, ou aqueles países em que todo mundo tem uma condição de vida aceitável. É o caso da Noruega. Nos países pobres africanos ninguém rouba de ninguém, porque não tem de quem roubar, todo mundo é igual. O problema nosso é a desigualdade. E ainda com uma mídia massificando o consumo. As pessoas só são felizes, porque existe *shopping* para a gente consumir. Então, essas situações têm que ser revistas.

Eu tenho um menino lá no Complexo Pomeri, que já está lá há sete meses, mas desde os 12 anos ele vai para lá. Qual é o crime que esse menino comete? Furtar celular. Ele já furtou 15. Ele quer ter um celular.

Eu acho que a maioria dos meninos de classe média alta tem. Ele quer ter um celular. Só que a mãe tem 8 filhos e ele é um deles. Como é que vai dar um celular para esse menino? Então, ele furta. Ele não rouba, não usa arma. Mas o sonho dele é ter um celular. Agora, quando a juíza soltá-lo, eu acho que vou comprar um celular de presente para ele.

É duro isso, mas é a nossa realidade querer ter. A televisão, todo mundo tem em casa.

Então, a questão da exploração sexual infanto-juvenil é muito grave, há uma acomodação social nisso que nós temos que rever e dar um basta. Isso só vai dar um basta a partir do momento que começar a ter punição, apesar de haver uma situação legislativa que vai precisar mudar. Já há decisões, e quando uma menina já é corrompida, ou seja, já tem uma vida sexual, de 12 a 14 anos, não seria estupro. Então, ainda o cliente dessa menina prostituta não vai para a cadeia,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

porque o art. 244, letra “a”, para a maioria dos doutrinadores, entende que só é o aliciador, não o cliente. Então, é como receptação, o viciado em drogas, que se diz que só há tráfico porque há consumidor. Se nós não penalizarmos o cliente da prostituição juvenil, provavelmente, nós não vamos inibir porque é um comércio.

Como o próprio Deputado Sérgio Ricardo falou, a coisa que mais dá dinheiro e trabalho paralelo é tráfico de drogas e prostituição, eles andam juntos. É a coisa que mais dá dinheiro. Eu tenho conhecimento, por exemplo, de que a *Sex Appeal*, que é o prostíbulo chique aqui da Capital, chega a faturar num dia, só com as meninas que atendem em motéis, vinte cinco mil reais por noite. Qual é o comércio lícito que tira por dia isso de valor, vinte e cinco mil reais?

Então, essa é a dura realidade que nós vivemos, vai depender da repressão. Isso já aconteceu em Goiás, porque a fama de Goiás, o centro dos prostíbulos... Lá a sociedade se organizou, lá há uma delegacia com estrutura e, efetivamente, essa prostituição infanto-juvenil que havia lá foi diminuída em grande parte porque houve, sim, um combate efetivo. Nós esperamos que no nosso Estado, nas cidades onde há o turismo, efetivamente, nós tenhamos essas delegacias.

Para encerrar, Srs. Deputados, nós temos ainda a questão da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do nosso Estado. A Secretaria de Desenvolvimento do Turismo tem que fazer uma educação pedagógica. Os turistas vêm aqui principalmente para pescar, porque aqui é o paraíso da natureza, aqui não é o paraíso da prostituição. Houve um episódio acidental com o Secretário de Turismo, porque um dos seus empreendimentos, um motel, em Cáceres, foi alvo de prostituição. Eu acho que ali faltou a grande oportunidade do Secretário dizer: “Olha, usaram o empreendimento da família para praticar prostituição, mas eu não coaduno com isso”.

Como Secretário de Turismo, aplicaria políticas como existe no Ceará, em todo o Nordeste, que quando o turista desce do avião já recebe um *folder* onde se pode buscar hotéis que sejam amigos das crianças, ou seja, se o hotel é amigo da criança, ele não aceita crianças e adolescentes lá dentro.

No Rio de Janeiro, eu vi isso. Eu fui a um hotel e estava lá: “Hotel Amigo da Criança”. Eu perguntei: como é que funciona? “Não, aqui é o seguinte: nosso hotel não tem prostituição.”

Então, eu acho que a Secretaria Estadual de Turismo pode entrar nessa campanha.

Era isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quero registrar a presença da Sr<sup>a</sup> Regina Célia de Assis, presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; da Sr<sup>a</sup> Marlene Leite Costa, assistente social, representando o Comitê de Combate à Violência da Infância e da Adolescência; da Sr<sup>a</sup> Larissa Silva Freire Spinelli, representando o coordenador do escritório da UNESCO em Mato Grosso; do Sr. Guaracy José de Almeida; do Sr. Dentinho PP, membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversão.

Convido, para compor a Mesa, a Vereadora Enelinda Scala (PALMAS).

Passo a palavra a Sr<sup>a</sup> Carla Oliveira, Delegada da Defesa da Mulher, representando a Polícia Judiciária Civil.

A SR<sup>a</sup> CARLA OLIVEIRA - Boa-tarde a todos!

Gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Sérgio Ricardo, bem como os demais presentes neste evento.

A violência contra a criança e adolescente constitui uma epidemia nacional e não podemos combatê-la eficazmente a menos que o façamos de uma forma coletiva, utilizando os serviços públicos de modo a evitar que se potencialize a violência social.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Como já foi bem dito pelo Promotor José Antônio, Mato Grosso é um Estado com forte atrativo turístico e isto tem contribuído para o tráfico de adolescentes entre os municípios mais visitados, e a exploração sexual infanto-juvenil na Capital e nas cidades circunvizinhas é fato constatado, porém ocorrências desta natureza dificilmente são registradas nas repartições policiais, e tão pouco nas instituições de assistência.

Eu venho aqui falar da Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem o título de DEDDICA, que é uma delegacia que a Polícia Judiciária Civil vem buscando instalar aqui no Município de Cuiabá.

Essa delegacia já teve a aprovação para sua criação pela Assembleia Legislativa, através da Lei nº 7.755, de novembro de 2002. Nós estamos em maio de 2004 e até agora não conseguimos efetivamente implantá-la. Ela já tem o espaço, já existe o prédio no conjunto ali do Complexo Pomeri, junto com a Promotoria da Infância e Adolescência, o Juizado, a Defensoria Pública, a Delegacia do Adolescente e a PROSOL. Existem ali dois prédios para continuidade do serviço de proteção à criança e ao adolescente.

Essa Delegacia precisa ser dotada de um pessoal qualificado e de infra-estrutura necessária para coibir esse tipo de delito que já ouvimos aqui, pelos dois antecessores, falarem.

Já faz quatorze anos ou quase quatorze anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, apesar de todos os esforços envidados pelo Estado de Mato Grosso, as ocorrências tanto nas repartições policiais quanto nos órgãos assistenciais demonstram ainda que aquela proteção integral preconizada no estatuto ainda não atingiu um patamar satisfatório, sendo este o motivo ensejado para a criação dessa delegacia.

Eu posso dizer para vocês que a partir de experiências vivenciadas na Polícia Judiciária Civil, que simples fato de se instalar uma delegacia especializada é fator ou instrumento motivador da comunidade local para aumentar o trabalho de investigação da polícia. O simples fato da existência de um lugar que vai gerar confiabilidade, credibilidade para denúncia, vai aumentar essa demanda reprimida, essas tantas porcentagens que nós temos de boletins de ocorrências registrados em contrapartida com denúncias existentes.

Veja bem, no Município de Cuiabá, onde a Delegacia Especializada de Defesa da Mulher é competente para atuar, lá nós apenas investigamos crimes, aonde a vítima é do sexo feminino, independente da faixa etária. Os crimes praticados contra crianças e adolescentes do sexo masculino não são investigados pela Delegacia da Mulher, ele é investigado pelas Delegacias distritais dos bairros ou pela Delegacia Municipal, e 70% dos inquéritos policiais instaurados no ano de 2004 tem como vítima menina e adolescente. Volto a falar, 70% dos inquéritos instaurados de crime sexual a vítima é criança ou adolescente.

O projeto de instalação dessa delegacia nós temos envidado esforços tanto em nível estadual, como federal. Esse projeto de instalação da Delegacia encontra-se, atualmente, em Brasília. Está na Sub-Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente para ser submetido à aprovação e assinatura de um convênio entre o Estado e a União.

O que eu peço, o que eu venho aqui dizer, é que, caso essa delegacia não seja aprovada em tempo hábil, já que estamos em ano eleitoral e o tempo para assinatura desse convênio é até o final do mês de maio, esta Casa e demais organismos envolvidos na situação, na questão, da criança e do adolescente, se unam e somem esforços para a sua instalação. É lógico que, infelizmente, não só com a instalação dessa Delegacia que iremos erradicar a questão da violência e da exploração sexual infanto-juvenil, mas, com certeza, juntamente com outros mecanismos legais e de repressão, com essa rede que o Promotor José Antônio citou, com os próprios órgãos do Governo, as Secretarias de Estado de Segurança, de Educação, de Saúde, unindo esforços,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

concretizando-se em uma meta só, que é a questão da criança e do adolescente, ao invés de ficar cada um puxando pelo seu lado ou preocupado com o que lhe é institucionalmente responsável, que nos unamos e possamos, enfim, concretizar isso daí.

O que nós buscamos, enfim, é que realmente a criança e o adolescente sejam tidos e mantidos como prioridade absoluta pelo Estado.

Eu vou entregar nas mãos do Deputado Sérgio Ricardo e da Deputada Verinha Araújo o Projeto que foi apresentado em Brasília da instalação da Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente aqui de Cuiabá. Já foi entregue ao Ministério da Justiça para as providências necessárias.

Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Queremos agradecer e registrar a presença do Deputado Ságuas.

Passamos a palavra a Sr<sup>a</sup> Márcia Gebara, Assessora Especial da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania do Estado de Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> MÁRCIA GEBARA - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Sérgio Ricardo, e, em seus nomes, estender os cumprimentos da Sr<sup>a</sup> Terezinha Maggi, Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania, a todos os integrantes da Mesa.

Gostaria de dizer, Deputado Sérgio Ricardo, Deputada Verinha Araújo, nossa companheira Promotora Silvana, que esteve conosco na Secretaria durante algum tempo, de que a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania tem hoje uma preocupação muito grande com relação à defesa da cidadania. E dentre esse arco muito grande que significa a defesa da cidadania está, sem dúvida nenhuma, a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nós sabemos que a violência não tem uma única face. Conseqüentemente, a pobreza não é a única propulsora dessa violência e desse abuso sexual com crianças e adolescentes, mas, sem dúvida nenhuma, é o lado mais perverso, Deputada Verinha Araújo, dessa condição.

É nesse sentido e nessa rota de pensamento que a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania entendeu que o seu espaço institucional, na medida em que não é dela própria, mas é do Governo do Estado, estava lá aberta para abrigar, de maneira digna e responsável, os órgãos controladores dos movimentos sociais, dentre esses: o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que a Dr<sup>a</sup> Regina é a Presidente do Conselho Estadual e está aqui presente; e a Professora Vera Zago, do Conselho da Mulher. Mas todos os outros conselhos estão lá representados.

A partir daí, a cidadania passa a compor, hoje, de maneira mais efetiva, com a Assistência Social, através da PROSOL.

A Sr<sup>a</sup> Terezinha Maggi entende que a maneira mais profícua de combater todas as formas de violência, além, obviamente, do processo de repressão que deve existir, mas em nível institucional, isso só é possível através da geração de trabalho, emprego e renda. E é pensando assim que nós, Governo do Estado, estamos lá atuando através de uma ampla parceria com a sociedade civil.

A exemplo dos demais programas federais, a Secretaria também sentiu os cortes. A nossa linha de qualificação foi diminuída em mais de 60%. Então, hoje, foi preciso que a Secretaria buscasse o auxílio da sociedade civil, do empresariado, do segundo e do terceiro setores, para poder desenvolver seus cursos de qualificação com resolutividade, porque entendemos, e entende a Secretária, que não basta apenas oferecer cursos que não possam fazer com que a mulher chefe de família ou a moça jovem possam realmente se sustentar e sair da sua condição de risco.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A partir daí, não só o microcrédito estabelecido pelo Governo do Estado, dos cofres do Governo do Estado, com juro zero, mas também uma ampla parceria com os agentes financiadores como o SICRED, o Banco do Brasil, o Bradesco etc. Nessa linha de trabalho, nessa linha de pensamento, entendemos que estamos lá de portas abertas para desenvolver um trabalho dentro dessa linha descrita, dessa política estadual de geração de emprego e renda.

E quero dizer especialmente a Vossa Excelência, Dr. José Antônio, que hoje pela manhã ouvi sua entrevista a uma rádio de Cuiabá, chegando à Secretaria. Nessa entrevista Vossa Excelência também reivindicava a instalação da delegacia de defesa da criança e do adolescente, à qual a Dr<sup>a</sup> Carla Patrícia se referiu. E conversando com a Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania sobre isso, a Secretária nos autorizou, tanto a mim quanto à presidente estadual do Conselho dos Diretos da Criança e do Adolescente, Dr<sup>a</sup> Regina, que lhe dissesse que Vossa Excelência tem uma parceira, uma parceira de primeira hora, que aquilo que for necessário - e nos estamos vendo que a lei cabe agora ao Estado -, ela é uma grande parceira nisso.

Quer dizer, é só juntarmos esforços, Deputada Verinha Araújo, Deputado Sérgio Ricardo, que a Sr<sup>a</sup> Terezinha Maggi, com certeza, estará à frente desse processo, para que essa delegacia seja finalmente implantada. E é dessa forma que estamos lá, com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e com todos os aparatos necessários para que esta política estadual de geração de emprego e renda e de combate à fome seja estabelecida longe das linhas assistencialistas, mas perto das linhas assistenciais, sem dúvida nenhuma, porque quem está em situação de risco, quem está numa linha abaixo e na linha da pobreza, em situação de vulnerabilidade social, não tem tempo para discurso, precisa que essa ação seja feita, mas junto com ela é preciso que uma linha de trabalho se estabeleça. É uma linha de trabalho preventiva, consistente e otimizada.

Eu fiz uso da palavra e quero agradecer ao plenário por estar aqui nos ouvindo. Espero, hoje, ouvi-los também, esse é o motivo desta audiência pública, mas deixo aqui patenteada a preocupação do Governo do Estado de Mato Grosso, a preocupação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, em cerrar fileiras, não é apenas prestigiando e participando, é estando junto, realmente assumindo o seu compromisso e assumindo a sua responsabilidade. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu quero pedir licença para me ausentar, porque eu vou participar de outras discussões aqui dentro da Assembléia Legislativa. Quero passar o comando desta audiência pública para a Deputada Verinha Araújo e aproveito para convidar o Deputado Ságua para fazer parte da Mesa. Muito obrigado.

(A SR<sup>a</sup> DEPUTADA VERINHA ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:18 HORAS.)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos ouvir a Dr<sup>a</sup> Silvana Corrêa Vianna, antes, porém, eu gostaria de dizer que a Rosângela está coletando as inscrições para o debate. Gostaria também de agradecer a presença do Dr. Euze Carvalho, médico pediatra, que muito nos honra com sua presença.

Vou passar a palavra a Dr<sup>a</sup> Silvana Corrêa Vianna.

A SR<sup>a</sup> SILVANA CORRÊA VIANNA - Boa-tarde a todos, senhoras e senhores, adolescentes presentes, agradeço o convite do Deputado Sérgio Ricardo e da Deputada Verinha Araújo para estar aqui hoje e poder, mais uma vez, falar a respeito da defesa das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

É uma das minhas preocupações, desde que assumi a Promotoria de Infância, estar sempre lutando, sempre buscando uma melhoria de atendimento às crianças e aos adolescentes. Muitas vezes, sobre todas as questões que já foram colocadas aqui, sobre as deficiências que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

percebemos, do Estado e das próprias instituições a que nós pertencemos, nós vemos que há um grande problema ainda instalado na raiz de tudo, e acho que esse seria o momento apropriado para que nós todos fizéssemos uma reflexão.

O meu colega colocou muito bem que, na Constituição Federal, criança e adolescente é prioridade absoluta. Só que, infelizmente, é somente na Constituição, não é nas instituições a que nós pertencemos. E o grande problema é que em encontros como esse, nós só encontramos pessoas convertidas à causa. Aqui só existem pessoas que realmente têm um verdadeiro interesse em defender a criança e o adolescente, mas aquelas pessoas que deveriam estar ouvindo, aquelas pessoas que deveriam estar participando, não estão.

Então, eu vejo que nós temos uma missão extremamente árdua, que é realmente sensibilizar e conscientizar aqueles que só falam por falar. Eu acredito que para nós começarmos, efetivamente, a fazer a defesa da criança e do adolescente, não só do abuso sexual, da exploração sexual, como de todas as outras formas de violência, nós vamos precisar começar fazendo as nossas lições de casa.

Aqui há várias instituições representadas, e nós todos sabemos que as nossas instituições ainda têm várias falhas de atendimento. Eu acho que é por aí que temos que começar. Nós temos que começar trazendo os nossos colegas, os nossos parceiros, a essa luta, para mostrar-lhes que isso é de uma responsabilidade fundamental, não de um ou dois que militam nessa área específica, porque de nada adianta termos delegadas combativas como a Dr<sup>a</sup> Mara Rúbia, se os seus colegas faltam com o respeito com uma menina que chega, que foi explorada sexualmente. A mesma coisa, se alguns dos meus colegas olhar com pouco caso na esfera criminal uma menina, de 15 ou 16 anos, que foi estuprada.

Então, esse tipo de coisa nós temos que começar a refletir dentro das nossas instituições. Nós temos que nos voltar ao poder judiciário e ver como podemos mudar a mentalidade dos nossos julgadores, porque senão nós vamos somente estar falando e não estaremos nunca atingindo os objetivos.

Um grande problema, isso há esferas, inclusive, nos Tribunais Superiores contra o consentimento da menina, da adolescente no ato sexual. Que consentimento? Como disse o Dr. José Antônio, será que uma menina de 12, 13 anos, tem condições plenas de consentimento? Nós exigimos que uma pessoa tenha no mínimo 18 anos para o consentimento na sua vida civil. Então, por que uma menina de 12, 13 anos pode consentir em usar o seu corpo e o seu agressor não ser penalizado? Eu acredito que a nossa batalha será extremamente árdua, enquanto nós lutarmos com coisas ainda que nos são muito longe, muito distantes e se nós não conseguirmos mudar a esfera dos nossos tribunais.

Então, eu acredito que para nós conseguirmos chegar a essas esferas, nós temos que começar com as nossas escolas. Na semana passada, eu fui convidada para ir numa escola, num bairro em que está acontecendo uma série de problemas e dentro dessa escola eu ouvi, primeiramente, os professores, coordenadores e diretores. E vários deles vieram falar sobre o problema do abuso sexual e nenhum deles haviam sequer tomado uma providência em defesa daquelas crianças! Então, nós temos que começar, em primeiro lugar, a conscientizar os professores que estão no dia-a-dia, a rede de saúde que recebe essas crianças e saber como proceder. Como nós vamos estar fazendo isso? Com campanhas, momentos como este de conscientização onde possamos estar levando a informação, estar mais próximos dos conselhos, cientificar os conselhos de direitos que eles devem fazer políticas públicas que se voltem a isso, que as escolas dos municípios estejam voltadas à proteção, ao abuso de todas as naturezas. Com isso nós vamos estar pensando, não só na Delegacia, que eu acho que é de fundamental importância e deverá ser instalada o quanto antes, mas

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

nós vamos estar pensando em espaços próprios de atendimento, também, na rede de saúde. Tem sido comentada a possibilidade de instalação de dois espaços, um em Várzea Grande e outro em Cuiabá, para receber vítimas de todo tipo de violência, vítimas infanto-juvenis. Eu acho isso uma coisa extremamente importante. Que nesses espaços tenham pessoas capacitadas para ouvir as crianças, porque nós sabemos que a criança é extremamente agredida. Ela se sente culpada e ela tem uma dificuldade muito grande de dizer a agressão que ela sofreu.

Então, eu acredito que se nós estivéssemos criando dentro das próprias unidades de saúde e até mesmo capacitando pessoas da área de educação para estarem atentas a ouvir e a encaminhar essas crianças a esse espaço, nós teríamos como estar protegendo, evitando uma rede de utilização da criança e também estar preparando para serem encaminhadas ou para a delegacia ou para o judiciário, para que nós tenhamos as provas necessárias para o processo criminal, porque nós sabemos que a criança não tem condições, o adolescente, muitas vezes, de verbalizar toda a agressão que ela sofreu e também não tem condições de posteriormente falar sobre o seu agressor, quando a violência é intrafamiliar.

Então, é um problema. Nós temos que começar a pensar como, realmente, nós podemos desenvolver ações para proteção dessa criança e desse adolescente.

Uma das coisas que me deixou bastante alarmada foram os últimos índices de pesquisa em que 25% das crianças são abusadas sexualmente, ou sofrem algum tipo de agressão sexual. É um número extremamente grande, isso quer dizer que está em todas as escolas, em todos os lugares, que não atinge só à classe baixa, mas está na classe alta, na classe média. Então, eu acredito que nós tenhamos que nos unir, realmente, e buscar uma forma de amenizar esses problemas. Acredito que a partir dessa iniciativa da Deputada Verinha Araújo, que está à frente dessa Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nós possamos trazer as instituições a debater isso para uma sensibilização e conscientização, porque senão estaremos somente falando para nós mesmos e não atingiremos o público necessário.

Eu agradeço bastante pelo convite e espero que todos os senhores estejam trazendo tantos os problemas como idéias, para que nós possamos estar trabalhando cada vez mais. Obrigado (PALMAS).

A PRESIDENTE VERINHA ARAÚJO - Nós vamos só concluir as palavras das pessoas que estão à mesa, eu peço, quanto ao tempo para nós ouvirmos o plenário, que já há uma séria de inscrições, cinco pessoas estão inscritas. Com a palavra, a Diretora Vera Lúcia Zago, Diretora da Prosol, representando aqui o professor Sílvio Fidélis.

A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA ZAGO - Minha querida Deputada Verinha Araújo, em seu nome cumprimento todas as autoridades que compõem a mesa, meus senhores minhas senhoras, alunos aqui presente, meus jovens.

Em nome do professor Sílvio Fidélis, Presidente da PROSOL, eu quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Sérgio Ricardo por esta iniciativa, por esta audiência onde, neste dia, se debate a violência praticada em crianças e adolescentes, violência esta que começa muitas vezes dentro do próprio lar. Com padastros, com pais esturpando filhos.

O que traz sérias conseqüências no seu desenvolvimento psicossocial, traz sérias conseqüências para o resto da vida. Eu fico muito preocupada quando nós sabemos que existem os problemas e, às vezes, muitas vezes, nós deparamos com pessoas que ignoram ou fingem não ver e não denunciam.

O esquecimento é o pior crime que se possa cometer diante destes abusos. Eu concordo plenamente com a Dr<sup>a</sup> Silvana, quando ela diz que as pessoas que necessitariam estar aqui presentes, hoje, não estão. Mas aí é que está. Nós somos formadores de opiniões, nós temos que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

formar uma consciência. E a consciência começa dentro de nós. Nós temos que sair gritando. Nós temos que fazer alguma coisa.

Eu acho que nós somos responsáveis e está na hora de cada um assumir o seu papel. Não vamos esperar chegar o dia 18 de maio do ano que vem para comemorarmos o dia todo.

Eu acho que esta audiência deveria, Deputada Verinha Araújo, ocorrer periodicamente. Sem essa de dizer que as crianças, que os jovens são o futuro do Brasil. Futuro coisa nenhuma. Eles são o presente. E o presente é agora. É necessário acudi-las agora. Vamos gritar contra esses abusos que aí estão.

Na PROSOL, hoje, nós estamos desenvolvendo, na Praça Alencastro, uma série de atividades. A nossa primeira dama, Terezinha Maggi, o Governo do Estado se empenhou e mobilizou as escolas para hoje apresentarem, o dia todo, gritarem contra esse crime.

Eu represento a Cruz Vermelha, filial em Mato Grosso, e nós já estamos desenvolvendo um trabalho com os jovens nas periferias de Cuiabá, por entendermos que os jovens são formadores de opiniões e tudo passa pelos jovens.

Portanto, meus queridos aqui presentes, vamos denunciar. Não vamos nos omitir. Vamos levar avante para que possamos extirpar esse câncer, que é essa violência praticada contra crianças e adolescentes. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Boa-tarde, primeiramente, às crianças e adolescentes aqui presentes e a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome da Deputada Verinha Araújo e do Dr. José Antônio Borges Pereira, Promotor da Vara da Infância e da Juventude.

É com tristeza, muitos já falaram, que vemos um evento como esse aqui. Nós temos que realizar um evento contra a violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Mas ficamos também felizes por, neste momento, estarem reunidas aqui muitas pessoas que, realmente, trabalham e estão engajadas nessa luta e, principalmente, muitos jovens aqui presentes.

Esperamos que no ano que vem, daqui a um ano, quisera Deus, não precise realizar um evento como este e que os números e as estatísticas tenham caído com relação à violência contra crianças e adolescentes.

Só para vocês entenderem um pouco, esta audiência pública, como foi dita, foi requerida através do Fórum DCA, que é o Fórum Mato-grossense das ONGs de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente. Nós ficamos felizes pelo Deputado Sérgio Ricardo e pela Deputada Verinha Araújo terem atendido esse pedido de realizar conjuntamente esta audiência pública.

O Fórum, para quem não sabe, aqui em Mato Grosso, foi fundado em 1992. Até hoje as entidades se reúnem uma vez por mês para estar avaliando, planejando e colaborando na formulação das políticas públicas para o Governo do Estado, para o Município de Cuiabá. Nós já temos as diretrizes que foram feitas, no ano de 2002, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com o Fórum com a sociedade civil. Então, não precisamos estar inventando a roda, já tem muita coisa naquela diretriz - a Márcia Gebara sabe muito bem disso, participou de varias reuniões e discussões -, que só falta ser realmente implementada.

Nós ouvimos, hoje, muito falar nessa Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente... Aqui está presente a Dr<sup>a</sup> Lílian, que é a Coordenadora Regional da Pastoral do Menor - CNBB, Regional Oeste II, a Irmã Nazaré, que já foi nossa coordenadora, está presente aqui, lá de Alto Araguaia... Muito obrigado pela presença.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

No ano de 2001, a Dr<sup>a</sup> Lílian recorda-se muito bem, numa audiência pública nesta Casa de Leis, em que estávamos debatendo, na época, com o Deputado Gilney Viana, o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente de Mato Grosso, surgiu uma ação de cidadania que era para criação dessa delegacia de proteção, para a qual colhemos cento e cinquenta e sete assinaturas e protocolamos no Governo da época, na Secretaria de Cidadania e Justiça, que era em conjunto, e de lá para cá estamos nessa luta para criação dessa delegacia de proteção à criança e ao adolescente.

Em 2002, foi sancionada a lei, foi aprovada nesta Casa de Leis a Lei nº 7.755, de novembro de 2002. Em 2003, a verba que estava alocada para construção dessa delegacia, que veio do Governo Federal, foi devolvida aos cofres públicos do Governo Federal, porque o projeto não foi realizado em tempo hábil. É muito bom citar isso aqui para as pessoas saberem.

Hoje, eu vi lá na praça jovens coletando assinaturas para tentar sensibilizar o Governo do Estado e os Deputados desta Casa de Leis, para que seja implantada com a maior rapidez possível essa delegacia. Hoje, quando um jovem comete um crime, na televisão vemos muitas pessoas para massacrar, dando a impressão de que os nossos jovens são violentos demais, colocando toda a sociedade contra a juventude, contra o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que falta mesmo são políticas públicas. E essa delegacia tem que ser efetivada o mais rápido possível, para que consiga coibir, pelo menos um pouco, fazer justiça e punir realmente os agressores.

Então, reiteramos mais uma vez aqui esse pedido dessa delegacia. Muitas pessoas já falaram nela. Na época, quem elaborou o projeto de lei foi a Dr<sup>a</sup> Mara Rúbia, inclusive a Dr<sup>a</sup> Lílian, na época, foi convidada pela Assembléia para fazer a justificativa. E nós temos também a justificativa para essa delegacia, que seria um aparato institucional próprio para a abertura de inquéritos e apuração de todos os fatos delituosos para que a justiça coíba toda forma de violência praticada contra a criança e adolescente, e a certeza do fim da impunibilidade.

Outra reivindicação nossa daquela época, Deputada Verinha Araújo, também seria a criação dessa subsecretaria ou secretaria adjunta da infância e juventude junto a SETEC.

Agora, também estamos solicitando, só para encerrar, que fosse implantado e instalado um centro de referência e apoio à criança e adolescente vítima de violência, exploração e abuso sexual. Nós já sabemos, o doutor já falou, os representantes do Programa Sentinela estão todos aqui presentes, inclusive minha esposa, a Carla Patrícia, é assistente social do Programa Sentinela... O salário demorou um pouco a sair, foram quatro meses, mais saiu há alguns dias e estão falando que o próximo só irá sair em agosto, quer dizer, eu acho um absurdo, vai trabalhar mais quatro meses para receber, e vamos ver o que o Governo Federal vai dizer a respeito disso. Então, temos que trabalhar mais, agir mais e ouvir nossa juventude que está aí. Com certeza, ela tem muitas coisas a contribuir com esta audiência pública. Nós sabemos que somos poucos nessa batalha, mas, com certeza, não vamos desanimar. A integração social é o meio eficaz para a geração da paz e da solidariedade. Então, precisamos nos unir, nos dar as mãos e lutar contra esse mal que com certeza iremos vencer.

Nós ficamos, para encerrar, tristes, porque neste Governo o Programa Irmão Sol, Irmã Lua foi encerrado e ele atendia nossas crianças do Oratório; da Pastoral do Menor, de Florianópolis; do Instituto Papa João XXIII; Fé e Alegria; Centro de Atenção Juvenil, no Tancredo Neves, e agora muitas entidades estão à mercê da sua paralisação porque as empresas aqui em Mato Grosso, infelizmente, ainda não têm esse hábito de estar financiando projetos sociais e só sabem cobrar do Poder público.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Mas também o Poder Público tem que fazer a sua parte, porque o Estado não pode apenas achar que, porque municipalizou, tem que passar apenas as responsabilidades à Prefeitura. Mas tem que alocar um pouco, transferir recursos, tem que ter convênio de cooperação técnica e financeira e, também, para as entidades porque as entidades são agentes ativos no município; porque não é apenas a Prefeitura que executa os trabalhos.

Muito obrigado. E parabéns a todos. Vamos à luta. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para encerrar, vou passar a palavra para a Professora Vera Bertolini, que é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, e, em seguida, já vamos passar para as inscrições do plenário.

A SR<sup>a</sup> VERA BERTOLINI - Boa-tarde, Deputada Verinha Araújo, em nome de quem eu cumprimento os membros que compõem esta Mesa.

É louvável a iniciativa da Deputada Verinha Araújo e do Deputado Sérgio Ricardo de chamar a esta discussão que há muito tempo carece de ser explicitada para a sociedade mato-grossense. É lamentável que ainda tenhamos que marcar um dia na nossa agenda, dos trezentos e sessenta dias, para pontuar como um dia para discutir e tentar coibir uma vergonha que vem judiando de uma forma tão perversa com as nossas crianças e as nossas adolescentes.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher tem tido, no seu dia-a-dia, essa preocupação de estar presente não só nesta Audiência Pública, mas com uma preocupação muito mais ampla e também apontando iniciativas outras. Inclusive, um dos temas que comporão as discussões da Primeira Conferência Estadual de Política para as Mulheres é Juventude. E nós definimos que ele será assim como raça e etnia um tema transversal. Ou seja, ele vai necessariamente ter que atravessar as discussões sobre violência, sobre sexualidade, sobre saúde, participação política.

Enfim, essa questão da exploração sexual, da violência contra criança e adolescentes em Mato Grosso, com certeza, vai estar compondo a nossa pauta para apresentarmos isso também ao Governo Federal na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que vai acontecer em julho.

Então, eu gostaria de cumprimentar a toda audiência aqui, principalmente às crianças e adolescentes que vieram. Eu acho que isso é, para nós, um alento, exatamente porque são as pessoas envolvidas nesse cotidiano de perversidade, de violência física dentro de casa, de violência sexual e que tem o direito de dar voz nesta Casa, que é de cada uma das pessoas, inclusive das crianças e adolescentes. Muito obrigada. (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Deputado Ságua vai ter que se retirar para uma reunião do Colegiado de Líderes, e eu vou conceder a palavra a ele.

O SR. SÁGUAS - Quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo e, na pessoa dela, cumprimento toda a Mesa. E quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Sérgio Ricardo pela convocação dessa Audiência Pública.

Quero dizer que na sexta-feira e no sábado passado tivemos a Conferência Estadual de Direitos Humanos e no final do mês que vem, dias 29 e 30 e nos dias 1º e 02 de julho, teremos a IX Conferência Nacional de Direitos Humanos que tem como tema “A Construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos”, para que, dessa maneira, possamos estar fortalecendo as entidades civis que militam na questão dos Direitos Humanos, para que possamos estar integrando as ações da sociedade civil com os Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Então, acredito que dessa maneira, a partir de agora, nós teremos condições de trabalhar de forma mais organizada e de forma que envolva as instituições públicas nesse debate no cotidiano, tem que fazer parte do nosso cotidiano essa questão de violação dos Direitos Humanos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E quero dizer que essa questão da exploração sexual de crianças e adolescentes é uma das violações de Direitos Humanos mais terríveis que possa ter na nossa sociedade. E nós já pudemos observar que, pelos números colocados aqui, ela está bastante acelerada em nosso país. Isso são as notificações, fora os casos subnotificados ou não-notificados que, por uma série de questões, não acontecem essas denúncias.

Então, esperamos que a partir de agora possamos fazer um grande movimento nacional em defesa dos direitos humanos e, com certeza, essa questão da violação sexual de crianças e adolescentes deverá estar no nosso cotidiano e não mais em apenas um dia. É importante ter um dia para estarmos fazendo as manifestações e chamando a atenção da sociedade. Mas precisamos agrupar mais pessoas na luta contra esse mal que atinge a nossa sociedade.

Eu gostaria também de passar um recado da Vereadora Enelinda, porque ela não pôde ficar até o final, tem mais dois compromissos agora, e pediu para dizer que essa lei já foi aprovada na Câmara de Vereadores de Cuiabá, é de autoria dela a criação do Conselho Municipal de Drogas e Álcool, e também o outro projeto de lei que foi aprovado, que é a de políticas públicas de combates às drogas. Então, ela pediu para fazer essa observação e pede desculpas por não poder continuar, assim como eu vou me retirar daqui a pouco porque teremos a reunião do Colégio de Líderes. Mas, de qualquer maneira, a Deputada Verinha Araújo estará dando continuidade a esta Audiência pública com muita competência. Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Luciano de Castro, Coordenador da Pastoral da Sobriedade do CPA, em seguida o Sr. Nestor de Fletas, que disporão de três minutos.

O SR. LUCIANO DE CASTRO - Primeiramente, quero cumprimentar todas da Mesa - a Deputada Verinha Araújo eu já conheço de longas datas.

O meu tempo é curto. Rapidão eu vou fazer uma pergunta para vocês e colocar, também, até mesmo uma sugestão: nós sabemos que os nossos jovens estão morrendo, durante toda semana sai nos noticiários, convivemos nas periferias, de Três Barras, de Primeiro de Março... Eu acabei de apresentar uma peça teatral *O Mensageiro*, no Altos da Serra, estamos junto com os jovens lá, sabemos que eles estão morrendo e muitas vezes sem saber que podem ser ajudados, tanto nas drogas como no álcool. Sabedor de que há dez anos, quinze anos atrás saiu uma repercussão, dentro da cidade, de todas as bocas-de-fumo, de todos os centros de prostituição, por um jornal da Capital, e até hoje estão lá no mesmo local.

Eu posso falar isso porque me considero um iluminado, porque estive por trinta anos nas drogas, no álcool - até me arrepio todo porque conheço poucos que conseguiram sair assim como eu saí. Mas eu também sei que se eu não fosse à luta, eu não conseguiria sair, não, porque eu tenho dez anos de prefeitura também, eu trabalho há cinco anos no município, na educação, e nunca tive um assistente social, um trabalho social, eu nunca tive nada. Se eu não fosse recorrer, pedir socorro... Por que eu, meu Deus? Por que eu vou estar nisso?...

Então, o que aconteceu? Eu sabia que eu tinha que mudar de vida, mudar o meu caráter, os meus defeitos de caráter. E para mudar isso, eu precisava de quê? É um trabalho tanto com a família, como com o dependente, com o jovem.

Eu quero falar para os jovens. Há poucos jovens aqui, mas muitos que estão na prostituição têm chance de se recuperarem. Na verdade, eu quero dizer aos senhores que para eu conseguir a minha recuperação, eu tive que sair daqui, eu tive que procurar outra capital, eu tive que ir para o Mato Grosso do Sul, eu estive na fazenda do Sr. Jesus, lá em Corumbá, que tem um trabalho de recuperação. E lá eu fiquei sabendo o quanto cada um de nós custava para o SUS, cada

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

cabeça nossa... Nós pagávamos para o governo de lá, o Zeca do PT, o governo de lá - desculpe citar nomes, mas é real...

Então, o que acontece? Nós éramos... Por que nós aqui não podemos fazer a mesma coisa, sendo que os jovens estão morrendo aí nas ruas? Nós sabemos que os jovens não vão lá... Eu sou da Pastoral da Sobriedade, eu estou trabalhando com a família dos jovens e sei que é difícil o jovem ir.

Eu queria deixar essa sugestão, até mesmo porque nós não estamos aqui para criticar nenhum órgão, porque sabemos da deficiência de todos, não é só de um. Tanto faz do Conselho Tutelar, tanto faz... O Conselho Tutelar, na verdade, não faz um trabalho de assistência, de estar na escola vendo se está faltando vaga para o aluno, não é um trabalho de estar na Casa, o trabalho não é de ir lá pegar o jovem e entregar para a polícia, fazer um processo... Negativo, não é isso.

Nós queremos deixar para vocês isso. Eu fico feliz de ter essa mobilização hoje, lá na praça... E eu não poderia deixar de falar isso para todos aqui, para a sociedade, que não deixem os nossos jovens morrerem. Eu até me emociono... Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Valeu, Luciano.

Luciano, o Dr. José Antônio está dizendo que no próximo dia 30 o Prefeito de Cuiabá estará inaugurando um centro de recuperação público. Não sei se isso é de seu conhecimento. Então, já fica a informação para você fazer o contato, se você puder ajudar... É bom o depoimento do Luciano, porque, como ele, nós conhecemos o trabalho de várias pessoas anônimas, que estão fazendo esse trabalho com pessoas e, muitas vezes, sem orientação técnica, mas estão tentando fazer. Nós precisamos que o público se coloque, por isso a cobrança dele procede, tem o nosso apoio. Luciano, conte conosco.

Com a palavra, o Sr. Nestor Defletas, presidente do Sindicato dos Artistas. Em seguida, falará o Pastor Olívio, presidente da Igreja Árvore da Vida.

O SR. NESTOR DEFLETAS - Boa-tarde a todos, Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságua, Antônio Gomes, demais membros da mesa.

Houve uma fala que antecedeu a minha, de uma pessoa da mesa, que foi interessante. As pessoas dizem que a criança é o futuro, e muitas vezes você ouve, até de cidadãos comuns ou não, não que se deixe para o futuro a criança, mas isso dá a entender que a criança e o adolescente sempre ficam para depois, são deixados para o futuro, e vão ficando... Não usam essas palavras, mas usam esses meios, e quando alguém vem aqui e diz que precisamos combater o abuso e a exploração sexual da criança e do adolescente, é complicado. Eu até trouxe um abaixo-assinado feito no ano passado, naquela audiência que o Deputado Gilney Viana convocou, e eu estive aqui também...

Acreditem, na minha categoria, acontece aliciação de menor e, mais ainda, quando você pede para alguém, você manda um documento, você tenta procurar, você sempre encontra alguém que chega para você e bate carteira mesmo...

Um exemplo tão claro... Hoje, todo mundo tem um sonho de crescer na vida. A criança tem um sonho, vem a mídia, a menina sonha em ser uma grande modelo, uma grande atriz, sonha em ser uma grande dançarina, isso incentiva esse sonho. Só que as pessoas pensam: "Ah, é um simples curso, um simples desfile, amanhã acaba essa empolgação toda..."

É uma coisa simples, só que ali há aliciação de menor. Como também existem pessoas sérias dentro da minha categoria, que combatem a aliciação de menor. Se vocês chegarem - essa é uma fala que eu fiz há tempo atrás - em algumas pessoas que organizam alguns certames de beleza...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E eu cito o art. 149 do ECA, com relação ao qual peço às entidades, às autoridades presentes, à Assembléia Legislativa, ao Juizado da Infância e da Juventude, que, dentro da minha categoria, façam a devida investigação, verifiquem, porque há meninas que saem de Cuiabá, vão para São Paulo, para o Rio de Janeiro, ficam em uma casa, são menores de dezoito anos e, às vezes, não têm a mãe, não têm nada. Saem daqui com um sonho, mas ao chegarem lá é outra coisa. Como saem daqui do Brasil e vão para a Europa, maiores, e há tráfico de pessoas nesse sentido. Como também há pessoas que fazem o devido encaminhamento, como as agências em nível nacional, como Ford, Elite, na área de moda, e nós vemos resultados.

Este ano, por exemplo, duas meninas foram encaminhadas para uma coisa séria, e com o que elas estão ganhando hoje, deu para o pai de uma delas deixar uma fazenda produtiva em Rondonópolis e ir morar em Nova York. São coisas sérias que acontecem. Como, por exemplo, acontece se chegarmos na periferia, nos certames de beleza, cursos de modelo e manequim, e conversarmos com a pessoa que está organizando, às vezes, em meia hora, nós vemos que ali há aliciação de menor.

Eu espero que as autoridades não digam que é apenas mais um curso, mais uma coisa, e não tem nada fútil, porque isso seria desobediência civil, e nós temos que levar a sério.

Criança, eu rogo nessa fala novamente, não é apenas o futuro, criança é agora. Eu acho que a criança tem que ser levada a sério, e não apenas virmos aqui, falarmos e não praticarmos. Nós temos que executar mesmo, porque a lei é... Eu acho que amigo, coração; inimigo, parede. Obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Pastor Olivar Soares.

O SR. OLIVAR SOARES - Como hoje o assunto tratado é criança e adolescente, eu quero cumprimentar primeiramente o jovem Amil Gonçalves, em nome das crianças e dos jovens que aqui estão.

Também quero cumprimentar o público presente; cumprimentar a Mesa, em nome da Deputada Verinha Araújo; os professores que estiverem aqui, em nome de uma professora minha amiga, que representou a PROSOL; a Dr<sup>a</sup> Silvana; o Promotor José Antônio; e o nosso companheiro e amigo Natalício.

Eu fiz questão, deixei alguns compromissos de necessidade para estar aqui participando deste evento maravilhoso, porque também é um trabalho ardoroso que temos exercido à frente.

Eu quero dizer à Deputada Verinha Araújo que estou orgulhoso e quero parabenizar o seu trabalho juntamente com o Deputado Sérgio Ricardo neste evento.

Eu quero dizer à Deputada que não sei se vai ser só três minutos, porque aqui é necessário que tempo fosse maior para que possamos sair daqui conscientizados em prol dos adolescentes e das crianças.

Eu sou pastor e presidente de uma igreja há vinte e três anos. A nossa igreja trabalha com assistência social, dá assistência às pessoas carentes. Principalmente dessa parte com crianças, nós cuidamos com muita diligência. Dentro desse trabalho, Deputada Verinha Araújo e companheiros, nós temos observado muito o que gera a causa de prostituição de adolescentes e crianças.

Nós temos acompanhado com carinho, porque convivemos junto com a sociedade pobre e também com a sociedade rica. Podemos dizer assim, sou bem ruim de português, mas nós temos analisado a situação, Deputada.

Por que acontece mais na classe pobre - como disse a nossa companheira?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu estive acompanhando um trabalho numa venda de carvão, quando quatro crianças trabalhavam e ganhavam, cada criança, dez reais. Essas crianças poderiam ganhar trezentos reais por mês. Elas recebiam todo dia a tarde para ajudar a sua mãe, que era carente e sem marido ainda. Eu contemplei as crianças e as levei ao mercado para comprar a comida para a casa delas, e a mãe contente porque estava recebendo. De repente, chegou uma denúncia lá para o conselho tutelar da criança para tirar as crianças do emprego, e a mãe passando fome. Eu achei uma calamidade. Enquanto as crianças estavam ali trabalhando, incentivadas por alguém...

Acompanhei um caso muito sério também e até hoje levo pão e leite para as crianças, onde tem a mãe, a avó, o avô e um grupo de jovens desempregados que não podem trabalhar porque tem dezesseis anos estão passando fome ali no bairro Novo Paraíso. Uma equipe da Fome Zero, que está só no papel, foi lá uma vez, mas continuam passando fome. Deram um pacote de arroz, dois de feijão, um pedaço de carne seca, não levaram mais nada e as crianças estão passando fome, pedindo a todo mundo que passa na rua, Deputada.

Eu gostei de ouvir as palavras do nosso companheiro promotor. As crianças, mãe e quatro filhos, a todo mundo que passa na rua, elas pedem um real. Não é justo isso.

Eu, com dó, levo todo dia o leite, o pão e ,hoje mesmo, eu deixei dez reais para comprar arroz. Por que essa equipe do Fome Zero, não sei o que é, não vai lá e dá assistência, para essas crianças não vão pedirem mais?

Tem uma das crianças, Sr. Promotor, que já está causando problemas sérios, por ser mantida - não sei o que está acontecendo lá - junto com pessoas idosas, porque está passando fome, pegando dinheiro da pessoa idosa lá.

Eu não vou denunciar, porque depois eles vão me perseguir. Isso é que é o silêncio. A justiça não dá apoio a quem vai denunciar.

Há pouco tempo, eu estava num determinado bairro, quase central aqui, Sr. Promotor, onde tinha policial comendo churrasco com as pessoas, com as adolescentes de menor, que fazem tráfico de drogas. Eu vim aqui hoje pra falar isso. Por que esse policial não reuniu esses jovens lá e fez uma palestra, conscientizando contra as drogas?

Minha esposa falou: “vamos denunciar”. Eu falei: não, eles vão lá; falam uma mentira; e vale por dez palavras verdadeiras nossas. Comendo churrasco ali e pegando propina. Eu vi isso. Não estou denunciando aqui e também não peguei nome de ninguém.

Agora, o que está gerando mais a prostituição da criança e do adolescente é a falta de recursos. A criança até 16 anos não pode trabalhar. Eu consegui um emprego para uma criança, está trabalhando fora da cidade, um jovem a serviço da igreja, vem acompanhando ele e está lá trabalhando, ganhando seu dinheiro. Ontem ele pegou o dinheiro, vai comprar seu livro para estudar.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para concluir.

O SR. OLIVAR SOARES - Eu sei. Eu falei para Vossa Excelência que vou passar um pouquinho.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Não. Temos mais cinco pessoas para falar.

O SR. OLIVAR SOARES - Lá no meu bairro tem uma família com oito crianças, passando fome, agora terminando o segundo grau e não têm como fazer uma universidade, enquanto muitas pessoas que podem estão fazendo - aleluia, graças a Deus. Estou falando aleluia porque isso é trabalho da igreja, porque só Deus pode fazer alguma coisa. E o que tem gerado isso? É o desemprego, a fome. Falta de trabalho e pode-se dizer a educação.

Concordo com esse trabalho hoje. Estou pronto, estou à disposição para ajudar no que for possível. Mas temos que fazer um mutirão ajudando a criança no primeiro emprego, gerando

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

trabalho para criança de dezesseis anos, o mais novo que pode trabalhar e pode ter o seu pão de cada dia dentro de casa e poder estudar com facilidade. Aí vai acabar, junto com esses órgãos que estão aí: conselho da criança. O Promotor falou muito bem. Quero parabenizá-lo. E dando recurso para essas crianças não saírem pedindo, as filhas de famílias saírem pedindo migalhas, se prostituindo em troca de alguma coisa. Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Pastor.

Com a palavra, o Sr. Euze Carvalho, e, em seguida, a Sr<sup>a</sup> Orenil.

O SR. EUZE CARVALHO - Boa-tarde a todos.

Sou membro da Sociedade Brasileira e Mato-grossense em Pediatria e também médico do Pronto-socorro Municipal de Cuiabá, no momento atuando como Gerente da Pediatria do Pronto-socorro.

Inicialmente, eu gostaria de discordar da colocação do Pastor em relação à questão das crianças que trabalham em carvoária. Eu gostaria de dizer que eu aplaudo a atitude da pessoa que fez a denúncia. Como médico, como pediatra, realmente aquelas crianças estavam trabalhando em condições desumanas, eu diria até de forma escrava. E com certeza crianças que trabalham naquelas condições não estão adequadamente sendo instruídas, educadas.

E conseqüentemente pelo trabalho em si elas teriam a sua capacidade de vida bastante reduzida, não chegando talvez a quarenta ou cinqüenta anos de idade. Sobre estas coisas, temos que refletir. Quer dizer, trabalho é aquele que realmente dá condições do ser humano ter uma capacidade de crescer, de se evoluir cultural, social e economicamente também. A gente tem que pensar muito nisso.

Eu gostaria de ressaltar um trabalho da Sociedade Brasileira de Pediatria que está à disposição de qualquer pessoa interessada e que ajuda muito nessa tarefa, que é o Guia de Atuação Frente aos Maus tratos na Infância e Adolescência. É um Guia que a gente tem o orgulho de ter participado da elaboração. A coordenadora da elaboração foi a Dr<sup>a</sup> Célia Silvani, da Bahia.

Na época ela era Presidente do Departamento Científico da Criança e do Adolescente da Sociedade Brasileira de Pediatra e eu era Vice-Presidente deste departamento. Nós ajudamos no processo de elaboração. Esse guia está à disposição na Sociedade Mato-grossense de Pediatria para quem interessar. Foi elaborada uma equipe técnica com bastante conhecimento na área e tem muita coisa para orientar as pessoas nessa situação, inclusive, como denunciar.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dr. Euze, depois o senhor poderia deixar o endereço para o pessoal ir lá...

O SR. EUZE CARVALHO - A Sociedade Mato-grossense de Pediatria funciona na Sala 101 desse edifício aqui, quase em frente ao CEDIC, entre o CEDIC e a UNIMED, no 1º andar, em horário comercial. Quer dizer, as pessoas que tiverem interesse podem conseguir esse guia lá.

Outra coisa que eu gostaria de colocar é que no ano passado, quando assumimos a Gerência de Pediatria do Pronto-Socorro, já existia por parte do Dr. José Antônio um termo de ajustamento entre o Pronto-Socorro e a Secretaria Municipal de Saúde, da necessidade de criação de um comitê de defesa às mulheres vítimas de violência, às crianças e aos adolescentes.

Então, nós assumimos. Foi passada a responsabilidade para nós presidirmos uma comissão que elaborasse um projeto para criar esse comitê, que era específico para a situação da mulher. Como pediatra, trabalhamos já há algum tempo com essa questão da criança e do adolescente e nós pedimos para que se estendesse à criança e ao adolescente. Esse comitê já existe, ele foi criado em junho do ano passado, ele já está funcionando. Nós temos divulgado pouco, até porque a dificuldade nossa não é propriamente no atendimento dentro do Pronto-Socorro, é na

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

seqüência do atendimento, que é uma coisa que nós discutimos, inclusive, num seminário, recentemente, sobre a criação da rede de atendimento, que é extremamente fundamental. No Pronto-Socorro, a vítima chega, nós damos o atendimento. Quer dizer, existe lá um comitê multiprofissional, composto por pediatra - no caso, eu - assistente social, nutricionista, psicólogo, ginecologista, obstetra, enfim, uma equipe completa que, na medida da necessidade, ajuda no atendimento e no encaminhamento de cada caso.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Esse grupo já existe, hoje, no Pronto-Socorro?

O SR. EUZE CARVALHO - Ele já existe. Quem coordena esse grupo dentro do Pronto-Socorro sou eu, com uma equipe multiprofissional como eu disse. Em todos os casos que chegam lá, que chegam ao conhecimento desse comitê, existe todo um trabalho que é feito. Evidentemente, tem que ser uma equipe multiprofissional. Quer dizer, no caso de criança e adolescente ou até mesmo de mulher, quando percebemos que há necessidade de proteção da criança ou do adolescente, nós internamos, mesmo que ela não tenha clinicamente nenhuma situação que necessite da internação. Internamos até que chegue ao conhecimento do Conselho, que seja tomada providência de ordem legal, que os casos sejam notificados. Aliás, uma grande importância da criação desse comitê foi melhorar a notificação e, evidentemente, dar um tratamento humanizado para as vítimas e dar o encaminhamento mais correto possível.

Agora, como eu disse aqui, nós temos uma dificuldade muito grande após o Pronto-Socorro, quer dizer, para quem encaminhar. Nós temos essa dificuldade e nós percebemos que, na realidade, essa rede já existe. Ela precisa ser sistematizada, ter uma coordenação por parte do Estado e Município, que nós tenhamos isso muito claramente, estabelecido para que nós possamos estar fazendo o acompanhamento e que haja, verdadeiramente, seqüência, aí eu digo, não só para a vítima, mas também para o agressor que também é um doente, que precisa de atenção, de uma equipe multiprofissional. É preciso dar esse enfoque. Para quê? Para o objetivo maior, que essa criança retorne ao seu lar. Para isso, é preciso que esse trabalho seja feito.

Para finalizar, eu gostaria de ressaltar os dados que se encontram aqui. Eles realmente são fatos. É importante que nós reflitamos em cima disso. Eu só acrescentaria um dado aqui que é fundamental, isso é estatística tanto nossa brasileira, como de vários países, inclusive países desenvolvidos que para cada caso notificado, vinte casos desses não chegaram ao conhecimento público. Então, se nós multiplicarmos os dados que a Deputada Verinha Araújo citou ali por vinte, nós vamos chegar a um número absurdo, mas é um número real. Isso é fruto de estudo científico bem elaborado e que nós, realmente, temos que acreditar. Então, nós temos que avançar muito, se nós pensarmos nesses dados, tem muita coisa ainda para nós caminharmos. Era isso que eu queria, sim, acrescentar o que foi colocado, discutido e me colocar à disposição.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Dr. Euze. O senhor contribuiu bastante com essas informações. Eu acho que para quem trabalha hoje nessa área já tem as informações... Inclusive, eu estava comentando com o Dr. José Antônio que foi nossa proposição na Câmara Municipal, que se tornou lei, que houvesse uma rede de assistência dentro do Pronto-Socorro e das policlínicas. Ele está dizendo que foi, inclusive, colocado num termo de ajustamento.

Então, eu parabeno a Prefeitura, a Secretaria de Saúde, já por estar trabalhando nesse serviço. Espero que ele seja estendido para outras cidades. Inclusive, nós já propusemos também na Assembléia Legislativa que o próprio município estenda às policlínicas...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Foi dito pelo Dr. Euze que o médico hoje é um receptor de denúncia, o educador também, o policial militar, o policial civil, então, são profissionais que nós precisamos fazer um trabalho em conjunto. Então, parabéns!

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Orenil de Andrade, logo em seguida, a Sr<sup>a</sup> Valdete. Ainda faltam mais quatro pessoas para podermos passar a palavra à Mesa.

A SR<sup>a</sup> ORENIL DE ANDRADE - Senhoras e senhores, boa-tarde!

Eu sou Orenil de Andrade, representando a Associação de Mulheres de Negócios, BPW.

Cumprimento a Mesa e a plenária na pessoa da Deputada Verinha de Araújo.

Tenho apenas para colocar, Deputada... Muitos aqui falaram a respeito da participação da sociedade civil num combate à violência contra a criança, o abuso e à exploração. Nós, da BPW, estamos desenvolvendo um trabalho real, junto com a comunidade do Bairro Jardim Vitória e também junto ao Conselho Municipal do Direito da Criança. A instituição BPW está fazendo uma campanha do tributo para o futuro, onde nós estamos indo nas empresas para que o fundo realmente consiga ampliar mais os seus valores para trabalhar as crianças de uma forma mais efetiva.

No Bairro Santa Laura, nós também estamos desenvolvendo trabalhos juntos com as adolescentes, porque nós acreditamos sim que é dever do Poder público, como a própria Constituição e o Estatuto da Criança estabelecem a participação da sociedade.

Então, hoje, nós estamos aqui como estivemos ontem também, aqui nesta plenária, a convite do PFL, onde ouvimos a fala do Dr. José Antônio e também da Dr<sup>a</sup> Rosarinha a respeito do assunto. Nós, enquanto sociedade, percebemos, ontem, Dr. José Antônio, que as diretoras aqui presentes, e aí vai o meu pedido para a Assembléia Legislativa, falaram muito da importância da palestra, porque começaram a perceber o que é realmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Aí vai um pedido da BPW para que a Assembléia Legislativa arrume uma forma, junto com a Secretaria de Educação, para que a escola realmente tenha um conhecimento mais amplo do que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por enquanto a BPW se coloca sim à disposição na soma das ações para que nós possamos, efetivamente, tirar as nossas crianças da marginalidade e da rua e fazer com que ela, criança, perceba que é importante. E para isso, nós estamos fazendo um trabalho com cinquenta crianças no Bairro Jardim Vitória e aproximadamente trinta crianças no Santa Laura. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Valdete, depois o Edson e depois o Amil. Eu peço para esperar um pouquinho porque nós seguimos a ordem de inscrição.

A SR<sup>a</sup> VALDETE - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu sou assistente social do Juizado da Infância e da Adolescência e nós convivemos diretamente com adolescentes e crianças que são vítimas de abuso e exploração sexual. Nós ficamos até, às vezes, um pouco angustiadas, como técnica, como a pessoa que vai até a residência, que vai fazer um estudo, que vai orientar a família. E essa angústia se dá em decorrência dos programas inexistentes de apoio à criança e ao adolescente.

Eu gostaria de fazer um pedido à Vera, aqui representando o Sílvio, em relação à PROSOL, que nós temos vistos que programas de atendimento à família, pode-se dizer que inexistem. Então, a criança não está distante da família, ela vive na família, ela depende da família.

Quando nós atendemos, por exemplo, um caso de uma menina, uma adolescente, e ela nos disse o seguinte: “Desde os oito anos eu sou abusada pelo meu padrasto. Agora, com 16, é

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

que eu tomei coragem para fazer a denúncia para essa denúncia chegar até a justiça da infância e da adolescência”.

Chega até lá, a única coisa que é feita em relação a esse padrasto é afastá-lo da família. Mas, e a família? A mãe, uma pessoa totalmente dependente dele, fica ali na mesma situação. A família não é amparada, a família não é orientada, que passo seguir. Então, termina ela dizendo para nós, as técnicas: eu gostaria de retirar a denúncia e pedir que meu padrasto retorne ao meu lar, porque é ele quem mantém a minha família. Minha família está toda desestruturada. Está toda falha por não haver, pelo próprio governo federal, estadual e municipal, uma política de atendimento que vá ao encontro dessas necessidades da família.

Então, nós estamos vendo que há muita falha em relação à política estadual, à política municipal e isso precisa ser mudado. Porque, se não mudar, nós vamos ficar batendo no vazio, vamos tentar ajudar a família só na palavra, e a palavra não leva a nada.

E acho que um dos caminhos para ajudar - nós, juntos com a juventude, estamos colhendo essas assinaturas que, inclusive, deve estar por aí o abaixo-assinado. Está por aí? Então, nós gostaríamos de pedir para a Márcia que, junto à primeira-dama, consiga com o Governador essa possibilidade de chegarmos até lá para entregarmos. Porque, se criança e adolescente são prioridades, queremos ver nesse Governo a demonstração dessa prioridade já através do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual.

Solicitamos, através de um ofício, que o Governador nos recebesse no dia de hoje, e nenhuma resposta nos foi dada, como se não tivéssemos pedido nada, como se não fôssemos nada. Uma Comissão que está aqui em Cuiabá, trabalhando no combate ao abuso e exploração da criança e do adolescente, e não tivemos resposta nenhuma. E acho que isso é uma falta de respeito para com as pessoas que estão lutando pela criança e pelo adolescente dentro de Cuiabá. Muito obrigada. (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Com a palavra, o Sr. Edson Oliveira. Por ultimo, a Dr<sup>a</sup> Valéria.

O SR. EDSON OLIVEIRA - Eu vinha falar como historiador da UFMT, aluno, mais aí a coisa tomou outro rumo, e vou falar como policial, a Vera sabe que não posso deixar, não vou fugir disso.

Eu, todos os dias, inclusive agora... Que horas são, por favor? (PAUSA). São 16:20 horas. Se eu sair daqui agora e pegar um carro, dentro de mais ou menos meia hora eu consigo cinco, dez, vinte meninas prostitutas, no entorno daqui. Eu sei de uma próxima ao Modelo, do escritório. Eu sei porque sou policial e trabalho com isso. E são meninas, às vezes, de vinte anos. Tudo bem, estão exercendo uma profissão que dizem ser a mais antiga do mundo, mas há meninas de quatorze, treze, doze anos. Eu não vou pedir que se crie fórum permanente. Nada. Nada. Apenas uma coisa: as chaves das portas da Justiça, porque essas, sim, estão fechadas. Toda vida que nós procuramos a Justiça... Uma vez eu cheguei com uma menina de doze anos dentro da viatura, vítima de abuso, procurando um promotor, uma promotora, uma delegacia que aceitasse essa jovem e não encontrei. As portas estão fechadas. Não adianta você criar um prédio lindo e não dar as chaves para quem vai lá com a pessoa. Temos aqui um Promotor, temos uma Promotora. São pessoas jovens que hoje estão circulando entre os humanos mortais, que são todos nós e essas meninas que estão nas ruas.

Hoje, eles já podem, inclusive, andar com os vidros dos seus carros abaixados. Eu sou filho de um Juiz de Direito. Na época, o meu pai era um semideus dentro de Mato Grosso. Era uma pessoa que olhava por outras pessoas, mas de uma posição muito superior. Hoje nós já os

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

vemos tentando descer ao nosso nível, se é que podemos dizer descer ao nosso nível, porque eu não me considero inferior a ninguém.

Agora, dizer que as portas estão abertas, que o Governo está tomando providências, não está. Não existe política pública de atendimento a jovens drogados; não há políticas públicas de atendimento a menores prostituídas, tanto meninas, como meninos, porque há moleques que se prostituem, se vocês não sabem. Eu tenho um filho de onze anos e peço todos os dias para ele: Não aceite nada de estranho, não converse com estranho. Eu ando com medo porque convivo com uma pessoa do Conselho do Juizado de Menores. Nós convivemos com o sangue. Nós é que pegamos a pessoa na hora. Não é a pessoa fria que vocês vêem na televisão, estendida no chão. Quando eu chego lá o sangue ainda está quente, dos jovens que estão morrendo. E isso me toca não como uma estatística, que verão depois no papel. Isso me toca porque quando eu chego lá vejo um moleque de cinco anos, de quatro anos, olhando o morto. E o pai já acha que isso é comum.

Nós estamos embrutecidos. Infelizmente, a sociedade se embruteceu. Infelizmente, não temos apoio do Governo. Por quê? Porque não é você criar o prédio, como eu falei, pode existir o prédio, mas quem está com a chave do prédio? Quem vai abrir a porta? Quem vai abraçar? Quem vai acolher?

Hoje, o SOS está num lugar melhor, já é uma estrutura modificada, que a gente chega lá e consegue um outro tipo de atendimento. Mas têm pessoas que, infelizmente, falam: “Se você prender o meu padrasto, o meu pai, o meu irmão, que abusou de mim, a minha família vai passar fome”. Eu vou fazer o quê? Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, para encerrar a fala do plenário, gostaria de chamar a Dr<sup>a</sup> Valéria da Corte Rossi, que é do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, lá do IML.

A SR<sup>a</sup> VALÉRIA DA CORTE ROSSI - Boa-tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar a Mesa e o Plenário e agradecer a oportunidade de estar aqui falando com vocês.

Eu sou Médica Legista e faz um mês que vim para Cuiabá coordenar esse serviço, que é o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.

Todo mundo conhece as dificuldades do IML hoje. Nós temos muitas críticas, as autoridades conhecem também, porque justamente o IML caiu na frieza, no embrutecimento que o Professor, que o colega falou aqui. Então, existe a frieza no atendimento da pessoa que chega lá por todos os profissionais. Isso é consequência de muitos anos de convívio com a violência. Até o indivíduo que está ali começa a encarar aquilo com naturalidade, assim como uma criança que fica olhando um indivíduo morto na rua.

O objetivo do NAVVS - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual é justamente trazer o atendimento um pouco diferenciado para a vítima de violência sexual que, na grande maioria das vezes, são as mulheres e as crianças, e também podem ser os homens, mais raramente.

Nós ainda estamos em processo de implantação do projeto que foi aprovado. Nós vamos ter lá uma sala diferenciada, uma entrada diferenciada, uma recepção ou uma espera para que essa vítima seja melhor acolhida - não sei qual dos senhores já conhece o IML, é um local ruim, é feio... Então, a mulher ou a criança, que geralmente é vítima, chega lá e já fica naquele ambiente hostil, novamente vitimizada, esperando um atendimento por uma equipe que está mais fria, às vezes, do que o próprio agressor. Então, a nossa intenção é essa.

Nós estamos um pouco longe de atingir o ideal, porque não vamos conseguir, a princípio, ter um atendimento 24 horas, mas vamos chegar lá. Isso é o início de um processo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Com certeza, elas vão ter, pelo menos, um local mais adequado para ficar, vão ter uma sala só para serem atendidas com exclusividade, não vão ficar junto com as outras pessoas, que até, de certa forma, se sentem agredidas, porque, às vezes, tem um indivíduo que saiu do presídio ou tem outra pessoa lá, então, elas terão um local mais reservado para elas.

É importante o IML, as autoridades sabem disso melhor que eu, porque para provar um crime, tem que haver a prova material, que é a principal prova. Testemunha, tudo isso é válido, mas se você tem a prova material, você consegue pegar o criminoso.

Então, se nós estamos querendo tirar da sociedade ou descobrir o criminoso e aplicar a ele as sanções que a lei permite, temos que ter a prova material, e quem vai nos fornecer isso é o laudo do IML, se ele for bem elaborado. E ele vai ser bem elaborado a partir do momento em que tivermos condições de fazê-lo, não só bem feito, mas também em tempo hábil. Se a vítima for melhor atendida, ela vai colaborar mais conosco e vai ficar até mais fácil conseguirmos produzir um documento mais adequado.

Era o que eu tinha a falar para os senhores. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito bem, Dr<sup>a</sup> Valéria. Prazer em conhecê-la, parabéns por apresentar esse relato que, com certeza, é uma contribuição a nossa audiência. É uma cobrança de muito tempo - a Vera está à mesa e sabe disso - que esse serviço fosse disponibilizado no IML. Quando for instalar, nos convide para irmos lá conhecer, eu irei com muito prazer.

Com a palavra, o Dr. Euze de Carvalho.

O SR. EUZE DE CARVALHO - Várias pessoas participaram, inclusive chamamos o IML, à época, mas uma dificuldade que temos visto é que nessas situações em que a criança, o adolescente ou a mulher são vítimas de abuso, no caso abuso sexual mais especificamente, eles precisam ir até o IML. Mas em Florianópolis, por exemplo, eu estava conversando com uma colega que ajudou a elaborar essa cartilha e me mandou um farto material, lá, o IML vai até a instituição que é referência, porque assim a vítima tem um atendimento muito mais humanizado.

Nós queríamos discutir isso, essa possibilidade. Uma vez notificado, se internaria a vítima no pronto-socorro...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O IML vai até o local onde a vítima estiver.

O SR. EUZE DE CARVALHO - ...e o IML iria até o local para fazer o exame, porque ele tem que ser feito por um médico legista. Eu não poderia, simplesmente, como médico, dar um laudo, que ele não teria validade. Eu acho que não teria peso legal, só o legista poderia. Então, estamos trabalhando no sentido de que isso se efetive.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dr<sup>a</sup> Valéria, a senhora pode responder.

A SR<sup>a</sup> VÁLERIA DA CORTE ROSSI - No momento, o IML tem um médico que pode atender às vítimas que estão internadas, aquelas que sofrem uma agressão violenta e necessitam de internação. Então, tem um profissional que se desloca, não só em questão de violência sexual, mas em outros tipos de violência também.

Eu até acredito que esse serviço seja possível, mas demanda um pouco mais, digamos assim, de condições. Então, o nosso serviço, de início, vai dar um impulso para que se chegue a essa condição de ter um serviço anexado ou alguma forma legal, que possa ser feita para evitar o deslocamento da mulher, o que em princípio é difícil. O que nós estamos pleiteando é um

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

veículo, inclusive para o nosso serviço, para facilitar justamente esse deslocamento. Já que você tem que se deslocar, que, pelo menos, tenha como e da melhor maneira possível.

O SR. EUZE DE CARVALHO - No caso do transporte, eu acho que o pronto-socorro poderia garantir. Nós conversaríamos com a Superintendência. Nós nos colocamos à disposição (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para concluir, passo à Mesa uma pergunta que chegou aqui, dirigida ao Dr. José Antônio e a Dr<sup>a</sup> Silvana: "O que fazer quando a família procura o Conselho Tutelar, quer fazer o casamento da filha menor de doze a quinze anos, e o 'moço do Cartório' diz que não pode casar?". É a família que diz: "Menina de treze anos e rapaz de dezenove a 25 anos; menina de quatorze e homem de sessenta. A menina quer morar com o parceiro ou vai sumir. A família vai pôr para fora de casa. É cultural ou falta de cultura? Eu diria: violência contra o menor. Isabel, de Peixoto de Azevedo."

A Isabel está aí? Poder falar, Isabel. Eu conheço a Isabel. É uma batalhadora também.

A SR<sup>a</sup> ISABEL - Esse problema nós temos enfrentado em vários municípios por onde eu tenho passado. É o seguinte: a família legitima essa situação. A menina menor de doze anos está morando com o companheiro. Então, às vezes, quando o rapaz tem dezenove anos, dezessete anos, é o namoro, e quando ele tem sessenta anos, cinqüenta anos, eles chegam até a casar, entre aspas, moram juntos, porque quando chegam lá no Conselho ou você assume ou vai preso, porque é um abuso, uma violência. A família impõe essa questão: você assume ou eu vou denunciar.

Então, a violência é dupla, além de ser vítima, a família também está vitimando essa criança. É cruel! É cruel! Nós ficamos horrorizados! E tem o consentimento, entre aspas, das autoridades, porque é melhor que fique junto, que ele assuma, muitas estão grávidas, ficam grávidas...

Nós acompanhamos alguns casos em que não é a primeira vez. Quando a menina atinge a maioridade, ele a abandona, já há três ou quatro anos morando juntos, porque arruma uma nova menina: "Não. Acabou o casamento. Não deu certo.". E ainda paga pensão para os filhos, paga pensão para a menina. E são o que? São pedófilos, são pessoas doentes, que precisam de tratamento, mas que, à vista da sociedade, assumiram. É cruel!

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço, Isabel. A senhora é do Conselho?

A SR<sup>a</sup> ISABEL - Eu sou Assistente Social em Peixoto de Azevedo, mas trabalho junto com o Conselho. O Programa Sentinela lá também está parado. Então, eu trabalho direto na Assistência Social e estou em todos os setores da prefeitura, porque tem outras Assistentes Sociais, mas como eu já venho desenvolvendo um trabalho, eu acompanho todos os demais. Inclusive, até no fórum tem Assistente Social, mas, às vezes, eu sou chamada para atender e acompanhar alguns casos. Muito obrigada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Dr. José Antônio Borges Pereira.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA - É uma realidade também ligada a uma questão cultural, mas o principal foco dessa situação é que nossas crianças, na era Xuxa, principalmente, foram altamente erotizadas. É um problema sério. Ou seja, a erotização da criança, da mulher, e a precocidade do sexo são um negócio terrível.

Hoje, no Brasil, há um milhão de adolescentes grávidas por ano. O Gilberto Dimenstein, jornalista da *Folha de São Paulo*, disse que é um milhão de vidas destruídas. Então, isso tem que mudar. Agora, a partir das 18:00 horas, já começa a ter sexo em nossas televisões...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Às 14:00 horas, essas novelas repetidas começam às 14:00 horas...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA - Bem lembrado. Eu tinha me esquecido disso.

Eu até mudei por dois dias a programação da TV Globo aqui, com uma liminar que consegui, devido ao fuso horário, mas a ação continua... O problema é econômico, é que nem banco. Qual seria o melhor horário para nós trabalharmos aqui em Mato Grosso? Seria das 07:00 horas às 13:00 horas, com esse calor intenso, mas com a estrutura globalizada, nós temos que estar no horário nacional, apesar de termos um fuso horário diferente.

Então, é um problema muito grave isso que você está falando. É isso mesmo, infelizmente. E, às vezes, a situação é essa: já está grávida, e virá um laudo médico dizendo que ela já suporta o ônus do casamento, tanto é que está grávida. Muitas vezes, acaba havendo esses casamentos aí. É triste isso, é uma realidade muito triste. Isso está ligado muito a erotização tão precoce de crianças e adolescentes no nosso sistema.

A Xuxa não deu certo nos Estados Unidos, porque lá criança ainda se veste como criança. Aqui nossas crianças, desde o início, já são erotizadas - podem ver. Aliás, é um grande mercado de moda, sapatinhos... Até as crianças, Dr. Euze, já estão usando salto alto muito cedo - as meninas. Isso dá problema de coluna.

A SR<sup>a</sup> ISABEL SILVANA MAGALHÃES ROCHA - Há três meses eu estou com uma adolescente de 15 anos na minha casa. Ela foi para minha casa; está na escola; está fazendo tudo o que meus filhos fazem.

Muitas pessoas diziam: “como você vai adotar?” Foi uma adoção - a família substituta. Ela está na minha casa, está fora daquele meio que ela estava. Todas as orientações que eu posso fazer e o acompanhamento estão sendo feitos. Se eu não tivesse levado ela para casa, a Casa de Retaguarda já não a comportaria. Ela poderia ficar lá seis meses, e seis meses num lugar frio, porque a Casa de Retaguarda não é uma família, não é a mesma coisa.

Então, quero incentivar as pessoas, porque elas pensam na adoção como uma questão financeira. Vai ser mais um filho. Mas é uma família substituta até que ela complete 18 anos, ou fique o tempo que ela achar necessário. Os meus filhos aceitaram muito bem, então, ela tem uma vivência muito boa na minha casa. Foi uma experiência, tanto para mim quanto para ela, que está dando certo. Eu acho que é estar incentivando as pessoas, porque adotar um bebê todo mundo quer, agora, uma menina de 15 anos, que já foi vítima de abuso, de exploração e levar para dentro de casa é difícil. Eu sei que não é fácil, depende de todo um trabalho, de uma estrutura. Mas estou tendo esse apoio, porque foi importante para mim ter esse apoio tanto de psicólogo, do promotor, do juiz... Então, isso é importante, quando se trabalha nessa rede de apoio, estar incentivando outras famílias a estarem dando oportunidades para essas meninas. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Silvana.

A SR<sup>a</sup> SILVANA CORRÊA VIANA - Ela fez menção a um senhor de sessenta anos que quer casar com uma menina de doze, quatorze anos. Nesse caso, eu entenderia realmente que está havendo um abuso, sim. Nós sabemos, muito bem, que nas famílias de menor renda, eles acabam passando os filhos por duas formas: um para se livrar realmente de mais uma incumbência ou até mais uma boca, ou também porque eles estão recebendo alguma ajuda financeira dessa outra pessoa que deve ter uma situação financeira melhor.

Então, nesses casos, eu acho, em primeiro lugar, para que uma menina nessa idade ou fora da idade do casamento possa se casar, ela tem que ter, obrigatoriamente, o consentimento judicial, que vai ter o sofrimento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu acho que nesses casos, deveria, em primeiro lugar, ser averiguado, porque não tem condições de um homem de sessenta anos com uma menina de quatorze anos sem pensarmos em abuso. É diferente do caso anterior, que você coloca um rapaz de dezenove, uma menina de quatorze, quinze anos, que entra exclusivamente na erotização, iniciação precoce sexual. Mas aí, é muito caracterizado. Esse homem tem idade para ser avô dela...

(NESTE MOMENTO, UMA PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> SILVANA CORRÊA VIANA - Justamente. Aí entra o que você está dizendo, uma rede de apoio. Porque, realmente, a criança e o adolescente estão em situação de risco, sim. Se a família não suporta com o ônus de estar cuidado dessa menina, eu acho que cabe ao Estado intervir e providenciar locais de retaguarda ou famílias substitutas até que essa adolescente tenha condições de se manter e prosseguir com a própria vida. Senão, nós vamos estar aí, sim - concordo com você -, institucionalizando os casamentos absurdos. Quer dizer: então, o sujeito está abusando sexualmente para fugir da pena como uma questão cultural. O nosso Código Penal ainda diz isso: casa com a ofendida e se livra da pena.

Então, eu acho que realmente é uma questão de intervenção estatal.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Carla Oliveira.

A SR<sup>a</sup> CARLA OLIVEIRA - Só complementando, o absurdo de tudo é que os crimes de conotação sexual, os crimes sexuais, estão no nosso Código Penal, no capítulo dos crimes contra os costumes e não contra a liberdade sexual, não contra a pessoa.

Portanto, muitas vezes uma denúncia dessa chega na delegacia e você vai buscar que o pai represente criminalmente. Mas, não há esse amparo, porque o pai não vai querer. Então, você fica impotente diante dessa situação, sabendo que ali tem pedófilo. Não sei se pedófilo é só para criança, mas tem um nome, alguma coisa desse tipo que eu já ouvi falar, na questão do adolescente, que é tara por adolescente.

Gostaria só de finalizar que eu estou no movimento da mulher, desde que eu entrei na Delegacia de Defesa da Mulher, seis anos atrás.

Apenas três anos atrás, na Delegacia de Defesa da Mulher, nós começamos a investigar ou apurar denúncias de crimes sexuais, porque a delegacia que existia aqui em Cuiabá foi extinta. E de lá para cá - eu posso falar - é um sentimento de impotência muito grande quanto ao que eu vejo, quanto ao que chega e quanto ao que eu posso fazer ali na delegacia.

Hoje, em três anos, nós desenvolvemos. Não existe uma rede - como foi tanto dita aqui essa palavra rede -, não existe uma forma de rapidamente sanar, mas nós aprendemos, junto com outros organismos estanques, cada um de seu lado, a tentar melhorar a situação daquela criança, ou do adolescente, ou daquela mulher que chegou à delegacia. Hoje, nós usamos muito o Projeto Sentinela, encaminhando as crianças, as meninas que são vítimas de abuso sexual, para que elas tenham acompanhamento psicológico, porque nós não temos como fazer isso na Delegacia de Defesa da Mulher. Tem o SOS Criança, os Conselhos Tutelares, a Casa da Retaguarda Paulo Prado. Muitas vezes eu não tenho onde colocar, eu tiro e coloco onde? Na casa da Retaguarda. Mas é assim de forma precária. Então, todo mundo aqui, todos os setores, da saúde, da segurança, do Ministério Público, todo mundo clama e percebe que necessita de uma rede. Rede mulher, que nós já estamos tentando criar, para atendimento de mulher vítima de violência, para que ela não precise - eu vou falar um português bem chulo aqui - "abrir a perna" para o médico do IML, "abrir a perna" para o médico do Hospital Júlio Muller ou "abrir a perna" para o médico, quando ela for ter um atendimento particular. Que ela não precise passar por todas essas situações, sendo vitimizada novamente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Nós, como sociedade, independentemente da profissão, do cargo que tenho, temos que nos unir e exigir do Governo do Estado de Mato Grosso uma mudança. Devemos exigir isso daqui, antes que nós fiquemos na contra mão da historia e antes que nós vivamos uma situação como a que o Rio de Janeiro está vivendo.

Mato Grosso ainda tem chance. Cuiabá e outros municípios ainda têm chance de tentar erradicar ou diminuir, coibindo essa triste situação de violência sexual. E não é só sexual; há violência física, também, que não é computada nas estatísticas da polícia - a quantidade de maus tratos, a violência, a agressão física que as crianças e nossos adolescentes sofrem. Nós temos que dar um basta. Chega! Obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a professora Vera Bertolini. Em seguida, a Sr<sup>a</sup> Vera Lúcia Zago.

A SR<sup>a</sup> VERA BERTOLINI - Eu quero agradecer a participação de todas as pessoas.

Eu gostaria de encerrar a minha fala não com um lamento, mas com um apelo. Nós temos assistido, de forma bastante pacífica, à proliferação de festas em que até as 23:00 horas ou até a 00:00 hora mulher não paga. Isso tem me incomodado tremendamente, Promotor e Promotora. E isso tem um resultado dramático, porque a bebida corre solta. E quando os machos entram, eles entram para...

O Sr. José Antônio Borges Pereira - Atacar.

A SR<sup>a</sup> VERA BERTOLINI - Exatamente, para atacar. São predadores. E lá, então, vão as nossas adolescentes, inclusive que já ingeriram álcool em excesso, droga. E para um sexo irresponsável é um passo.

Então, eu não sei de que forma... Eu digo que desde que começou a questão da atuação do Ministério Público, das Promotorias, nos apegamos nisso. E eu sou uma defensora feroz. Eu acho que vocês são a nossa salvação. Eu acho que vocês são o grande espaço de acolhimento desses desesperos. Então, algumas medidas referentes a isso deveriam ser adotadas pelo Ministério Público, pela Promotoria Pública.

Por outro lado, eu também tenho denunciado, muito embora eu pessoalmente já tenha ido constatar que não são menores, mas isso também é deprimente para as mulheres, umas benditas rádios que se promovem às custas da exposição do corpo de mulheres. Elas ficam à beira da calçada, num sol escaldante, com um mínimo de roupa, rebolando, etc, etc, etc. Eu acho que são cenas constrangedoras. Eu já abordei as meninas achando que eram adolescentes, porque são escolhidas a dedo para fantasiar mesmo, para erotizar a infância. Eu acho que essa é a questão. E elas afirmam que...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA - Só um parêntese. As adolescentes nós tiramos. Foi feito um trabalho evitando... Antes tinha adolescentes, aí nós tiramos. Mas tinha essa situação.

A SR<sup>a</sup> VERA BERTOLINI - Pois é. Eu não sei de que forma a gente impede isso para qualquer pessoa, porque eu acho que isso é comercializar o ser humano. Eu acho que isso é degradante.

Então, não basta que indignemos individualmente. Eu acho que a nossa indignação individual tem que ser transformada em ação efetiva para que esse tipo de situação seja evitado e coibido. Muito obrigada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Vera Lúcia Zago.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA ZAGO - Eu queria, na oportunidade, agradecer por este momento de poder debater essa problemática que aflige todas as nossas crianças e adolescentes.

É uma pena que a minha amiga Valdete tenha saído, porque ela tocou num ponto que, no fundo, no fundo, tem razão, a família. Só não concordo com ela, até discordo, porque a PROSOL vem desenvolvendo um trabalho belíssimo nos bairros, trabalhando com as famílias. Nós entendemos que o eixo principal de tudo é a família. Não adianta trabalharmos a criança, o jovem, se não trabalharmos a família. Aliás, eu digo isso com muita propriedade porque a minha vida inteira trabalhei com a família.

Eu e meu marido trouxemos aqui o OVISA - Orientação para Vivência Sacramental. Tenho certeza de que muitos conhecem, porque até hoje tem esse movimento. Trabalhamos quinze anos com as famílias. Todos os finais de semana estamos nos bairros de Cuiabá trabalhando com essas famílias.

Quando fui para a PROSOL, já fui com essa idéia de realizar esse trabalho com as famílias na periferia, e isso nós estamos fazendo.

Eu até fiz um convite para minha amiga Valdete, que estivesse conosco lá na PROSOL para conhecer os nossos programas e somar conosco, trocando idéias, porque eu acho que não basta só cobrar, tem também que nos trazer sugestões.

Eu acho assim, como diz Paulo Freire: “Ai de nós se não sonharmos sonhos impossíveis”.

Eu acredito ainda numa grande mudança e isso eu já disse para vocês que depende de nós.

Eu vou contar para você uma pequena historinha que aconteceu comigo, que me emocionou muito e me deixou assim pensativa e gostaria de passar isso para vocês.

Um certo domingo, saí com o meu cachorrinho para comprar pão, quando cheguei na porta da panificadora, não pude entrar com o cachorro. Tinha um gurizinho ali do meu lado, que me pediu: “Tia, me dá um real?” Eu virei pra ele e falei: Olha, eu dou um real pra você, se você me prestar um serviço. Ele falou: “Qual é?” Eu não posso entrar com o cachorro na panificadora. Você cuida do cachorro aqui fora, enquanto eu compro pão e aí eu dou um real para você. E ele virou pra mim e disse: “Me dá aqui.” Pegou a coleira do meu cachorrinho e ficou com o cachorrinho deitado na perna, passando a mão, acariciando o cachorro. Quando eu estava saindo com o pão, um cidadão passou perto de mim e disse assim: “A senhora tem coragem de deixar seu cachorro com ele? Ele vai fugir com seu cachorro, vai embora.” Eu disse: Não, ele não vai fazer isso. Cheguei no menino e ele disse: “Pois é, tia, a senhora está vendo aquele engraçadinho, ele me falou que eu já ia roubar o cachorro da senhora.” Eu falei: O que você disse pra ele. Ele falou: “Eu disse para ele que eu estava em serviço”. Eu achei aqui tão assim... Eu falei: Meu Deus do céu, como ele ficou tão engrandecido por eu ter dado uma oportunidade a ele de me prestar um serviço! Então, eu acho que na maioria das vezes ignoramos o fato, passamos pelas crianças e falamos assim: É mais um que já vem me abordar para me pedir dinheiro ou para me tirar alguma coisa. Sendo que muitas vezes eles precisam de carinho da nossa parte. Parece que eles estão gritando: “Socorro, eu estou aqui. Façam alguma coisa!” É isso o que eles querem. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu quero encerrar agradecendo a todos e todas que ficaram até este momento, este horário, agradecer todas as autoridades que estão na Mesa, que ficaram, ouviram os depoimentos.

Eu acredito que a audiência trouxe uma série de subsídios e trouxe também para nós uma frente de trabalho.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O**  
**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Vamos aceitar o desafio do Dr. José Antônio e que no próximo 18 de maio já estejamos aqui com a nossa central de atendimento no IML em relação aos maus-tratos que sofrem as crianças, os adolescentes e as mulheres, que tenhamos a delegacia funcionando e que tenhamos outras plataformas de reivindicações. Fica o desafio para todos nós.

Eu quero dizer aqui que, como Parlamentar, recebi as reclamações do Projeto Sentinela e quero me colocar à disposição. Eu gostaria de receber um relatório de quem coordena o programa no Estado ou nos municípios com relação à situação do programa, para termos uma audiência com relação a essa situação toda do Programa Sentinela. Agora, é preciso também compartilhar no Estado outras ações, quer dizer, não basta ficar esperando só o recurso federal, só aquele programa do Governo Federal. É preciso termos outros programas no Estado, nos municípios, porque, infelizmente - aqui não culpamos os profissionais - muitas vezes temos dinheiro para tudo, mas chega na hora do social sempre ficam as lamentações, não tem dinheiro para fazer o social. Então, não podemos mais ficar nisso. Quer dizer, o social primeiro, depois as estruturas, porque muitas vezes o prédio não resolve o problema mesmo. Às vezes você tem um belo prédio, mas o calor humano, os profissionais não há ali naquele espaço. Temos que pensar também nos recursos humanos, nas condições para respondermos à demanda.

Eu queria dizer também, para encerrar aqui, que foram muito importantes os relatos. Quero me colocar à disposição de todos e de todas, e esta Casa, inclusive. Agora vamos ter a Sessão para relatar lá o que ouvimos aqui, e vocês podem ter a Deputada aqui como parceira.

Vamos ter a Conferência Estadual dos Direitos da Mulher, não é Vera, no final de maio. Participei de algumas. Foram muito importantes. Vamos ter a Conferência Nacional. Quero já fazer um convite para o dia 07 de junho, porque vamos fazer uma audiência pública sobre esta questão da feminização da pobreza. Gostaria de contar com vocês que estiveram aqui hoje. É uma audiência pública conjunta com a Câmara Federal que virá a Mato Grosso.

Ontem eu acompanhei o Congresso das Assistentes Sociais e ouvi alguma coisa interessante de uma companheira que estava lá. Ela dizia que há dez anos reclamávamos de uma série de coisas, e que já conquistamos agora, dez anos depois. Mas se não fossem esses dez anos de luta, de resistência, de busca, não teríamos o que já conquistamos. Então, o que estamos reivindicando hoje, daqui a alguns anos, quando nos encontrarmos, vamos ter mais conquistas. Por isso é importante a atuação de todos que estão aqui para construirmos o sistema nacional do direito da infância e da juventude, que essa é a busca, quando falamos da rede, é isso, para trabalharmos neste combate. Por isso os profissionais que estão a Mesa estão de parabéns. E vamos adiante, vamos trabalhar para de fato acolhermos essas crianças que estão sendo exploradas sexualmente, sendo abusadas, para termos meio de acolhê-las e não ficarmos somente com a denúncia, mas também com a resolução. Muito obrigada. Um abraço a todos e a todas. (PALMAS).

Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Isabel Luíza Lopes;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA, A EXPLORAÇÃO E O  
ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO,  
REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ana Lúcia Bigio;
  - Ila de Castilho Varjão.